

ARJ ACE

CNF

6010/82

1

CONFIDENCIAL

27.4.82

12



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO Nº 042 / 430 / ARJ / 82.

DATA : 22 Abr 82.  
ASSUNTO : INCENTIVO À CRIAÇÃO DE UM PROBLEMA RACIAL NO BRASIL.  
REFERÊNCIA :  
ÁREA :  
PAÍS :  
DIFUSÃO ANT. :  
DIFUSÃO : AC/SNI. - SE-70(P/REGISTRO) - SE-10/116  
ANEXO : Artigo publicado no nº 41, de Jan 82, da revista mensal "Cadernos do Terceiro Mundo."

SNI/ARJ  
PROTOCOLO  
ACE Nº 6010  
29.04.82

1. A capa do nº 41 da publicação "Cadernos do Terceiro Mundo" é, em si mesma, um convite à descrença de que o BRASIL seja, conforme pretende, uma democracia racial. Os marxistas jamais descuraram do tema "discriminação racial" e a prova desta assertiva reside nos vários Grupos e Movimentos que procuram despertar o ódio racial entre os nascidos em um mesmo País, com vistas a um futuro confronto social.
2. "Cadernos do Terceiro Mundo", afinada com os temas e as posições da INTERNACIONAL SOCIALISTA (IS) - nos países sul e centro-americanos, marchando ombro a ombro com o MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI) - não poderia deixar de abordar o tema em uma extensa reportagem, subscrita por MÁRIO AUGUSTO JACOBSKIND (MAJ) e na qual colaboraram FRANCISCO VIANA (FV), CLÓVIS SENA (CS), MEMÉLIA MOREIRA (MM) e NILSON LAGE (NL).
3. A falta de isenção do autor fica à mostra quando afirma, sob o título "NEGRO: Entre a 'democracia racial' e o movimento de libertação".  
" ... essa abordagem do problema - primeira, para nossa revista - pode contribuir a desnudar um mito, alimentado internamente e já exportado para o mundo, ou seja, o de que somos uma democracia racial".
4. Em "A realidade põe em dúvida a igualdade", JACOBSKIND afirma que "a realidade aponta mais no sentido da discriminação do que no da democracia racial" e, em apoio a esta conclusão, apresenta depoimentos de vários nomes de pessoas negras que teriam sofrido discriminação em virtude da cor de sua pele.  
Segue-se uma versão de ABDIAS DO NASCIMENTO quanto à origem da Lei AFONSO ARINOS e uma pequena dissertação daquele quanto à "teoria quilombista" que defende em seu livro "O negro revoltado".  
"As estatísticas mostram onde está o racismo", "Quantos são os negros", "Quando a 'boa aparência' esconde a discriminação", "O preconceito no cotidiano", "Os caminhos do negro no BRASIL" e "O jogo de interesses na volta à África", são outros tantos artigos que buscam mostrar o negro como um elemento discriminado pela minoria branca. Já que, segundo o autor, 70% dos brasileiros são negros.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFORMAÇÃO nº 042 /430/ARJ/82

5. Não há dúvida de que a reportagem anexa está inserida nos propósitos da frente formada no BRASIL por organizações ligadas à IS-MCI, de provocar dissensões na sociedade brasileira. Há que considerar, ainda, no anexo, além da evidente manipulação dos fatos e das estatísticas, que a revista "Cadernos do Terceiro Mundo" possui circulação mundial e, assim, desserve aos interesses brasileiros, em que pese sua pequena popularidade.

9999

TODA E QUALQUER PESSOA QUE TEM  
CONHECIMENTO DE ASSUNTO SIGILOSO FICARÁ  
AUTOMATICAMENTE RESPONSÁVEL PELA  
MANUTENÇÃO DE SEU SIGILO.  
(ART. 12 DO DEC. N.º 79099/77 - RSAS)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

cadernos do

# terceiro mundo

1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025

3/82 É A ANEXAÇÃO DO GOLÁ  
A CRISE NA POLÔNIA

BRASIL

UMA

DEMOCRACIA

RAÇIAIS?

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

## NEGRO

Entre a "democracia racial"  
e o movimento de libertação

O problema do negro no Brasil não se esgota em uma reportagem, por mais ampla que seja. Sabemos que nenhum estudo do tema será completo fora de um marco histórico, antropológico e sociológico que lhe dê uma perspectiva cultural mais profunda e menos conjuntural. Desde que programamos esse trabalho, estávamos conscientes de suas limitações, mas consideramos que ele pode ser um ponto de partida a um debate nacional, sério e responsável, sobre o tema.

Com os recursos próprios do jornalismo, levantando dados, descrevendo situações, reunindo depoimentos, essa abordagem do problema — primeira, para nossa revista — pode contribuir a desnudar um mito, alimentado internamente e já exportado para o mundo, ou seja, o de que somos uma democracia racial. Não negamos que esse trabalho foi orientado nesse sentido pois a objetividade que buscamos é a da verdade. Seria fácil fotografar alguma jovem negra, bonita e charmosa, que, pelos seus dotes ou meras razões ocasionais rompeu as barreiras do "jet set" e foi aceita na chamada "alta sociedade", que frequentemente não é alta e quase sempre não é sociedade. Do mesmo modo que poderíamos ir buscar a prova da democracia racial, com o êxito de um Pelé ou de uma Zezé Mota. Naturalmente, não seria nas exceções que

se pode encontrar a real configuração do problema. É como diz o verso famoso de João do Vale, ele que, só pelo seu excepcional talento, pôde abrir caminho no mundo dos brancos:

"O problema não é bêm eu.  
É Mané, Pedro e Romão  
Que também foram meus colegas  
E continuarão no Sertão.  
Não puderam estudar  
E nem sabem fazer baião"

Essas páginas não foram escritas como um libelo, embora reconheçamos que, no seu conjunto, compõem uma peça acusatória sobre a qual brancos e pretos, mulatos e amarelos, todos nós, devemos meditar. Não se busca aqui criar condições para um confronto social, mas despertar consciências, atentas à importância do problema negro não apenas para a paz social dos dias em que vivemos, mas para a unidade do nosso povo. Os negros no Brasil estão despertando para a sua fundamental importância no conjunto da comunidade brasileira. E esse é um fato tão marcante nos nossos tempos que, possivelmente para o futuro, esse esforço de reconhecimento da identidade negada e de luta pelo espaço devido no conjunto do país que somos, poderá ser analisado pelos historiadores como um tipo peculiar de movimento de libertação.





## A realidade põe em dúvida a igualdade

Os fatos do dia a dia mostram que no Brasil o tão decantado conceito de igualdade racial deixou de ser válido. A realidade aponta mais no sentido da discriminação do que no da democracia racial

Mário Augusto Jacobskind



Desde muitos anos as elites brasileiras tentam vender a idéia, tanto a nível interno como para consumo externo, de que no Brasil existe uma "democracia racial". Com o correr dos tempos e sobretudo em função do despertar de consciência das lideranças das comunidades negras nos vários estados da Federação, o conceito "inventado" pelas elites passou a ser questionado, porque na verdade não resiste à menor análise.

Os indicadores da inexistência desse tipo de democracia são muitos e estão aí para quem quiser ver. Muitos segmentos da sociedade brasileira preferem entretanto fazer uma "política de avestruz", ignorando o problema. Hoje, falar ou defender o conceito de "democracia racial" é, no mínimo, uma demonstração de desconhecimento da realidade do país.

Com uma população de aproximadamente 120 milhões de habitantes, é uma estatística aceita de que 70% dos brasileiros têm sangue africano nas veias. Não se pode portanto considerar o segmento negro da população como sendo "minoría". Como afirma o ex-deputado Afonso Arinos de Mello Franco, autor de uma lei anti-racista aprovada pelo Parlamento brasileiro em 1951, "no Brasil não há nenhuma família antiga que seja branca, todas com mais de 200 anos têm sangue negro".

Liberto oficialmente da escravidão há menos de 100 anos (13 de maio de 1888), o negro brasileiro ainda continua em situação precária no país. Na verdade, a Abolição da Escravatura foi apenas um dos muitos atos oficiais da elite brasileira que não mais necessitam do sistema escravista para impor o seu domínio sobre a maioria da população. Em outras palavras: o negro foi dispensado de um tipo de trabalho que estava em desuso, mas a "liberdade" concedida não veio acompanhada de outras medidas importantes para inseri-lo de fato nos "novos tempos".

### Vícios do sociologuês

Bom parte dos sociólogos e intelectuais brasileiros de um modo geral consideravam até bem pouco tempo a problemática da inserção do negro na sociedade brasileira como uma questão de tempo e que isso aconteceria com o processo de industrialização do país.

Esse ponto de vista acabou, na prática, caindo por terra, como demonstram as estatísticas. Veio a industrialização, sobretudo nos últimos 30 anos — não cabe aqui discutir de que forma foi feita ou a quem serviu, mas não se pode negar a sua existência — mas a mão-de-obra negra continuou apenas ocupando os mesmos espaços de sempre: agricultura, prestação de serviços e construção civil, sempre a menos remunerada (ver "O lugar do negro na força de trabalho").

5

**CONFIDENCIAL**



A matéria especial sobre o problema negro no Brasil foi coordenada pelo nosso companheiro Mário Augusto Jacobskind, da equipe permanente de cadernos do terceiro mundo. Colaboraram

com artigos, reportagens e notas, os nossos colegas Francisco Viana, Clóvis Sena, Memélia Moreira e Nilson Lage. As ilustrações são do notável Carybé, um argentino "naturalizado" baiano.



**LEITURA PRECÁRIA**

**CONFIDENCIAL**

A industrialização portanto não abriu espaços para os negros, mesmo havendo um aumento nos índices de alfabetização. Conforme demonstram os números da mais recente pesquisa sobre mão-de-obra negra através dos dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1976, trabalho elaborado por Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcari e Tereza Cristina Araújo Costa ("O lugar do negro na força de trabalho").

### Problema específico

Em tempos não muito distantes, em 1938, na rua Direita, na capital de São Paulo, era proibida a passagem dos negros. Hoje, naturalmente, essa abjeta proibição não mais existe, mas nem por isso o preconceito cessou. Os jornais noticiam, em média, dois casos de discriminação racial por mês. A existência de uma lei contra a discriminação racial desde 1951, não modificou a situação; praticamente ninguém foi punido por infringi-la.

### Lei inócua

Quase todas as lideranças negras consultadas (ver depoimentos) são unânimes em condenar a lei Afonso Arinos. Na opinião do escritor Abdias do Nascimento "trata-se de uma lei bem à moda brasileira, não fede nem cheira, só finge que é uma lei, porque não considera crime, mas contravenção a discriminação racial, e acaba se tornando um negócio difícil de ser provado".

Militante do movimento negro desde os anos 30, época em que a Frente Negra Brasileira lutava contra os mais diversos tipos de discriminação racial, inclusive a proibição da entrada de crianças negras em vários colégios, Abdias do Nascimento acha que a lei Afonso Arinos foi um tiro pela culatra para os negros pois "é hoje apresentada pelos opressores para impedir que os negros reivindicuem ou que seja invocada em seu benefício. Uma lei que precisa ser revogada para se fazer realmente uma nova lei".

Raimundo Souza Dantas (ver depoimentos), único embaixador negro na história do Itamarati, nomeado pelo ex-presidente Jânio Quadros como representante brasileiro em Gana (de 61 a fevereiro de 64), embora reconheça que a lei Afonso Arinos teve a sua importância num momento em que "a onda de discriminação racial era terrível", acha que ela tornou-se "inoperante".

Segundo Souza Dantas, ao longo do tempo ficou provada a ineficiência judiciária da lei Afonso Arinos. "As penalidades são excessivamente brandas, geralmente atingem mais os subordinados que apenas cumprem ordens e os que a invocam acabam mais prejudicados que os que a infringem.

Quer dizer: ela foi prejudicial ao próprio negro, em função do problema da testemunha. O acusado geralmente diz que não discriminou, mas que apenas 'a pessoa chegou mal vestida'. A verdade é que toda vez que um negro procura se valer da lei acaba como vítima devido a toda uma parafernália contra ele. É discriminado duas vezes: quando sofre o preconceito e na própria delegacia de polícia onde não é devidamente levado em conta."

O próprio autor da lei, o ex-deputado e ex-ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, Afonso Arinos, admite a existência de muitas falhas no projeto aprovado pelo Parlamento em 1951, mas discorda de Abdias do Nascimento e de Souza Dantas no que se refere à sua aplicabilidade. "A lei não é aplicada porque não há da parte da pessoa protegida a iniciativa de apelar para ela." E faz um desafio aos seus opositores:

"Façam uma outra lei, por que não fazem uma outra melhor? O Congresso está aí mesmo..."

É o que pretende o escritor Abdias do Nascimento, caso venha a ser eleito nas próximas eleições para a Câmara dos Deputados, em novembro próximo:

"Necessitamos de uma lei que garanta a quota de trabalho para os negros no mesmo pé de igualdade que os brancos. Do jeito que está, os negros são passados para trás. A sociedade brasileira está enfiada em matéria de racismo, sofre da afecção mórbida de querer ser branca. Quer dizer, os negros estão sempre em desvantagem. A lei então tem que ser objetiva nesse ponto, mostrar o direito de tantos e tantos negros pertencerem aos quadros de trabalhadores em todos os níveis, não apenas como faxineiros, entregadores de café, lixeiros etc".

### Banqueamento

Além do controvertido conceito da "democracia racial", uma das grandes preocupações de determinadas elites brasileiras é impor um padrão cultural e estético europeu, negando inclusive o passado histórico do Brasil. No exterior, essa preocupação é ainda maior, não só em termos de diplomacia — não há negros no Instituto Rio Branco que prepara os diplomatas brasileiros, tendência essa que poderá se modificar face à política em relação aos países africanos — como nos folhetos de propaganda divulgados pelas representações brasileiras assinalando que "a população do país é branca, sendo diminuta a percentagem de pessoas de sangue misto" (*Brazil 66*, pg. 125 — publicação oficial em inglês do Ministério do Exterior).

Dentro dessa linha de procedimento, insere-se um fato recente que envolveu o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), órgão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Quando da realização, no Panamá, do II Congresso das Culturas Negras das Américas, em março de 1980, ficou decidido, por um plenário integrado por 300 cientistas, pesquisadores, educadores e professores, negros e brancos, representantes de todas as Américas, Caribe e África, que o próximo Congresso seria realizado no mês de agosto de 1982, no Brasil.

As gestões para a realização do encontro foram iniciadas ainda em agosto de 1980, quando a direção do Ipeafro dirigiu-se ao diretor do Departamento Cultural do Itamarati, embaixador Guy Brandão, no sentido de encaminhar — via canais diplomáticos — à Organização dos Estados Americanos (OEA) o pedido de ajuda financeira ao Congresso. Outras tentativas foram feitas, inclusive junto ao próprio ministro Ramiro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, no sentido de se conseguir a verba para a realização do III Congresso das Culturas Negras das Américas.

O Itamarati simplesmente silenciou, apesar de promessas formais segundo as quais daria uma rápida resposta às solicitações da entidade de estudos afro-brasileiros. Só depois de muita insistência e pedidos de explicações de vários parlamentares, até do próprio partido do governo, é que o Ministério do Exterior se pronunciou, mas até hoje negou-se a responder diretamente ao Ipeafro. Para surpresa de muitos, o Itamarati alegou que não encaminharia o pedido (nenhum favor do governo, apenas uma questão burocrática para conseguir a verba) porque "a prioridade do governo para o carregamento de fundos no exterior visa atividades de educação, ciência e tecnologia".

Seria que o Itamarati não considera atividade educativa e científica um Congresso de Culturas Negras das Américas? É impossível que o Itamarati desconheça o objetivo do Congresso, qual seja o de conhecer a situação do negro e de sua cultura nas Américas.

Volta e meia as autoridades brasileiras são questionadas sobre o problema da discriminação racial no plano interno, embora poucas vezes os grandes órgãos de imprensa divulguem o tema. Recentemente, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro foi instado por uma repórter do jornal "Folha de São Paulo" a se posicionar sobre uma possível contradição entre a política externa de condenação à África do Sul e a discriminação racial dentro do país que vem sendo denunciada pelos movimentos negros.

Segundo Saraiva Guerreiro, "só uma visão deturpada por estereótipos e experiências alheias sem compromissos com a realidade, encontraria semelhanças entre as situações de fato existentes nos dois países".

Depois de mencionar a prática oficial racista da África do Sul através do *apartheid*, Saraiva Guer-

reiro observou ser o caso brasileiro completamente diferente e assinalou:

"Não quero dizer que tenhamos atingido a perfeição; mas se entre nós ainda sobram preconceitos, a verdade é que estes são condenados especificamente por lei, pelo senso comum e, sobretudo, pelo comportamento prático da imensa maioria dos cidadãos. O Brasil pretende ser, e se esforça para ser, uma verdadeira democracia racial."

Em outro trecho da entrevista, o chanceler brasileiro aprofunda seu ponto de vista sobre a questão:

"O aparecimento de movimentos, no Brasil, empenhados em elevar a condição sócio-econômica dos negros não deixa de ser fator positivo. Na verdade, o problema é o da promoção de oportunidades para o pobre, independente da sua cor que é, para nós, irrelevante. Somos uma sociedade jovem, um país em construção, e não podemos abdicar das contribuições que a esse processo histórico tragam todos os brasileiros."

O MNU — Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial — desde a sua criação em 1978, não concorda com esse tipo de interpretação.

Essa entidade, com ramificações em vários estados e que visa à "libertação do povo negro", tem analisado os mais diversos aspectos da discriminação racial no Brasil, particularmente no que se refere às ações policiais nas áreas de baixo poder aquisitivo.

Na opinião da antropóloga Lélia González, militante do MNU, na ação policial contra os cidadãos de baixo poder aquisitivo, em sua maioria negros, se dá a articulação do aparelho ideológico com o aparelho repressivo do Estado e neste ponto não há muita diferença entre o trabalhador negro e o negro da África do Sul. "Se ideologicamente temos uma sociedade racista que veicula nos meios de comunicação a questão racial, vamos ter também uma repressão racial, que não deixa de ser a dos antigos métodos usados na época escravista".

Lembra ainda a antropóloga a existência de um ditado na polícia que norteia toda a prática repressiva: "todo negro é marginal até prova em contrário". Enquanto na África do Sul exige-se do negro o *pass-book*, no Brasil isso é substituído pela carteira profissional. As maiores taxas de desemprego e subemprego incidem justamente sobre a população negra. Sem carteira de trabalho ou ainda com a carteira sem registro de emprego, o trabalhador negro é preso durante as batidas policiais nas áreas periféricas das grandes cidades sendo frequentemente torturado nas delegacias policiais onde muitas vezes é obrigado a confessar crimes não praticados. Numa batida policial, os agentes vão direto aos negros, setor da população brasileira que se

CONFIDENCIAL

7/22



constitui no maior contingente de pessoas nos cárceres do país.

O jornalista negro Hamilton Cardoso, editor da seção Afro-América Latina do mensário "Versus", que circulou em São Paulo até 1979, foi testemunha pessoal de um dos inúmeros casos de violência policial com conotações racistas:

"Somos da redação do 'Versus', na rua Capote Valente, em São Paulo, num carro de um dos companheiros do jornal. No meio do caminho fomos interceptados por uma viatura policial e os quatro, todos com documentos, obrigados a parar e sofrer uma rigorosa revista. Resolvi anotar a placa da viatura por entender que estávamos sendo vítimas de discriminação. O negócio complicou. Fomos conduzidos à delegacia onde permanecemos mais de cinco horas: queriam nos enquadrar por desacato à autoridade."

Fatos como esse acontecem diariamente em diversas cidades brasileiras causando medo na população, o que dificulta sobremaneira a tentativa de organização dos movimentos negros na grande massa.

Um dos mecanismos do sistema racista de violência policial institucionalizado acontece com a inclusão do próprio negro nos quadros policiais, onde ele se torna, incorporando os valores da ideologia do branqueamento, o mais eficiente entre os repressores.

Um grande contingente de negros se encontra nos quadros policiais e das forças militares auxilia-



No. 41 - Janeiro - 1982

LEITURA PRECÁRIA

terceiro  
módulo  
CONFIDENCIAL

13

res (Polícia Militar), onde "quanto mais ele reprime, mais branco se sente", assinala Lélia González.

### Forças Armadas

Para o historiador Nelson Werneck Sodré, general da Reserva do Exército, inseridas como estão na sociedade brasileira, as Forças Armadas não poderiam ficar imunes ao preconceito racial.

Segundo Sodré, "se há uma população negra numerosa, o fato de não haver numerosos negros nas Forças Armadas indica que há discriminação, não normativa ligada a atos oficiais, mas existente no uso". No Corpo da Armada não há almirantes negros; a Aeronáutica é uma Arma recente (década de 40) e no Exército, assinala Sodré, um dos poucos negros que chegou ao generalato foi o oficial João Batista de Matos. No Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, que tem raízes negras, ascendeu ao cargo de contra-almirante.

Do ponto de vista normativo, lembra Werneck Sodré, só na época do Estado Novo vigorou uma discriminatória baixada pelo então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, proibindo o ingresso na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo de negros, mulatos, judeus ou filhos de operários. Na época, Nelson Werneck Sodré exercia a função de secretário da Escola e conta: no livro de sua autoria "Memórias de um soldado" que a norma restritiva durou pouco tempo. O Brasil entrou na guerra contra o nazifascismo e ela caiu em desuso.

### Esporte das multidões

Botafogo e América, dois clubes de futebol do Rio de Janeiro, disputavam uma partida que estava sendo apitada por um dos raros juizes de cor negra, Wilson Carlos dos Santos. Este, exercendo a autoridade que cabe a um árbitro de futebol, resolveu anular uma determinada jogada. O fato passaria despercebido se não fosse a opinião manifestada pelo comentarista Luís Mendes, de uma emissora do governo, possivelmente ouvida por milhões de pessoas:

— Realmente, crioulo não pode ser árbitro de futebol.

Na mesma semana, o deputado Alceu Colares, líder da bancada do PDT na Câmara, encaminhou expediente ao ministro da Educação, Rubem Ludwig, no sentido de que fossem tomadas providências cabíveis de acordo com a lei. O referido comentarista continua exercendo normalmente as suas funções na emissora oficial.

Seria o comentário racista apenas um fato isolado no futebol brasileiro e não revelador de uma tendência? A prática do esporte das multidões de-

monstra o contrário, segundo alguns especialistas do setor.

João Salóinha, um dos mais populares comentaristas de futebol no Brasil, revelou recentemente, num programa de televisão, que nos anos 50 a direção da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) recomendava aos técnicos da Seleção Brasileira darem prioridade aos jogadores brancos. Negros só em último caso, pois a CBD achava que eles não tinham "espírito de competição".

O escritor Joel Rufino dos Santos, autor do ensaio "História política do futebol brasileiro" e de "O que é racismo", entre outros trabalhos, relata uma série de episódios no futebol brasileiro que demonstram a existência do racismo no esporte das multidões.

Sendo um componente básico da sociedade brasileira, explica Rufino ao traçar a história do futebol, o racismo emergiu como um fato importante. Antes de 1930, os negros não entravam nos clubes de futebol ou só através de um processo de branqueamento, como no caso do jogador Carlos Alberto, um mulato escuro, que disfarçava a cor da pele utilizando pó-de-arroz. O Fluminense, clube de Carlos Alberto, guarda até hoje o apelido de "pó-de-arroz".

"Sai daí, ô macaco", "crioulo burro" são expressões comuns ouvidas nos estádios de futebol, quando jogadores negros porventura deixam de fazer algum gol certo ou se envolvem em alguma jogada não muito feliz. É Joel Rufino quem conta um episódio acontecido no Estádio do Maracanã:

"Um amigo meu, famoso ator de TV, assistia a um Flamengo e Grêmio. Toda vez que Cláudio Adão perdia um gol (e foram vários), um sujeitinho se levantava para berrar: 'Crioulo burro! Sai daí, ô macaco'. Meu amigo engolia em seco. Até que o jogador Carpegiani perdeu uma oportunidade 'debaixo dos paus' (em frente ao gol). Ele achou que chegara a sua vez: 'Aí, branco burro! Branco tapado!' Instalou-se um súbito e denso mal-estar naquele setor das cadeiras — o único preto ali, é preciso que se diga, era o meu amigo. Passado um instante o sujeitinho não se conteve: 'Olha aqui, garotão, você levou a mal aquilo. Não sou racista, sou oficial do Exército'. Meu amigo, aparentando naturalidade, encerrou a conversa: 'É eu não sou'."

Ostensivo ou não, o racismo é um fato concreto no futebol brasileiro, embora os apologistas da "democracia racial" afirmem o contrário. Há pouco tempo, Mauro, meia-direita do Cruzeiro de Belo Horizonte, foi expulso de campo por um ato que, aos berros, gritava "fora macaco". O jogador denunciou o fato lembrando que é comum juizes de futebol tratarem negros de "macaco".

Segundo Joel Rufino dos Santos, uma das formas não-ostensiva de racismo no futebol brasileiro é a discriminação do jogador habilidoso e artístico

em proveito de um mais forte e possuidor de uma técnica mais cuidada, técnica entendida no critério europeu de país desenvolvido. "Isso explicaria a diminuição, assinala Rufino, de jogadores negros nos principais times de futebol do país".

Conta-se nos dedos o número de negros exercendo a função de técnicos e juizes de futebol, para não falar dos "cartolas" (dirigentes de clubes), que simplesmente inexistem. É um fenômeno explicável, observa Joel Rufino, pois "no conceito racista brasileiro, precisou de confiança, negro não serve. É comum se dizer que negro quando não defeca na entrada, defeca na saída. Onde estão os negros no futebol? Não temos técnicos em proporção correspondente ao número de craques negros que se destacaram".

Muita gente acredita que o negro é melhor dotado para o futebol e para a dança. Recentemente, quando participava de um debate em Brasília, Joel Rufino ouviu um ex-jogador de futebol negro defender com veemência essa tese: "É uma forma de preconceito introjetado no próprio negro, que acha, pelo fato do branco ter sempre dito isto, que ele, negro, só presta para coisas primitivas que dependam dos instintos e da sensualidade. É uma idéia colonialista de que há povos dotados para a civilização e outros para a selvageria".

Há quem defenda a tese (racista) de que o negro é melhor jogador porque seus avós corriam de onças nas selvas africanas.

Em termos sociais, o esporte das multidões reproduz também o mesmo esquema de valores predominante na sociedade brasileira. Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, maior craque de futebol de todos os tempos, é um exemplo típico de um cidadão negro brasileiro absorvido pelo sistema, com todos os valores eurocentristas que a sociedade exi-

ge, a começar pelo registro dos seus filhos como "brancos".

Durante muito tempo, Pelé foi utilizado como exemplo da "democracia racial" brasileira. Em nenhum momento, Pelé se posicionou sobre a questão racial ou teve algum tipo de aproximação com os movimentos das comunidades negras.

Nos últimos anos, têm surgido jogadores de futebol considerados craques demonstrando consciência de pertencer a um setor da população brasileira que enfrenta problemas de discriminação racial. É o caso do ponteiro-esquerdo Paulo César, considerado até por alguns torcedores como um "jogador problema", e que tem se posicionado publicamente sobre a questão:

"Gosto de me vestir bem, de frequentar lugares elegantes. E muita gente não suporta ver um negro, um ex-favelado falando francês, com um Cartier no pulso, tomando champagne Don Perignon. Acontece que esse problema não é meu, é da cabeça das pessoas. Elas me criticam só porque gosto do que é bom. No fundo, é uma questão pura e simples de racismo. Muita gente nem diz, mas pensa o seguinte: Paulo César é um negro tocado a branco que não conhece seu lugar."

Na mesma entrevista concedida a uma revista semanal de circulação nacional, o atual defensor do Corinthians (clube mais popular de São Paulo) vai mais longe ainda em suas observações:

"Quando eu era rapazinho, fui barrado na porta do Fluminense. Hoje sou sócio dos clubes 'privés' do Rio. Mas o racismo no Brasil é um fato concreto, comprovado diariamente em clubes, hotéis e restaurantes. O fato de não acontecer mais comigo, que sou famoso, não serve como exemplo. Sempre que posso procuro apoiar os movimentos de valorização da raça negra."

## Meios de comunicação

Nas novelas, no teatro de um modo geral e ainda na área de publicidade, o esquema de reprodução dos valores racistas está ao alcance dos telespectadores com um mínimo de espírito crítico. Há pouco tempo, numa entrevista concedida a um programa de televisão, em horário nobre, o veterano humorista de rádio Nhô Totico, bastante popular em São Paulo, recordava algumas passagens de sua carreira. O enfoque da reportagem era o de apresentar um cidadão bem sucedido vivendo com tranquilidade em sua casa num bairro da classe média paulista.

Em determinado momento, quase no final da reportagem, Totico vai até a cozinha com o repórter para fazer a apresentação da empregada, uma anciã negra:

"Comprei-a numa feira de escravos por 60 contos. Estou pagando à prestação. Ela aqui não ganha



nada, lá fora poderia ganhar mais de mil réis. Pergunta se ela gostaria de sair dessa casa..."

De um modo geral, os milhões de telespectadores brasileiros são induzidos pela publicidade a consumir os mais variados produtos, dos automóveis e apartamentos de luxo, passando pelos artigos de primeira necessidade. Nessa engrenagem publicitária, o negro só aparece como personagem subalterno; lavadeira, lixeiro e muita vez até mesmo como escravo, como no caso de um anúncio publicitário de um café que foi vendido inicialmente por uma escrava de nome "Pimpinela".

Difícilmente uma agência publicitária coloca o negro como veiculador de algum produto destinado a um setor de médio poder aquisitivo. Zezé Mota, atriz e cantora de renome nacional (ver depoimentos) teve um comercial *out-door* recusado pelo fato de ser negra. Segundo ela, "o anúncio foi recusado porque o dono da loja alegou que a sua clientela era de classe média, que é preconceituosa e não aceitaria a sugestão de uma negra. Os veículos de comunicação não só usam isso como pretexto como reforçam essa tendência racista. Até me pagaram pelo trabalho mas o *out-door* não foi para a rua".

No início de sua carreira, em um período que estava desempregada, Zezé Mota precisava fazer foto-novela. Pediu a uns amigos de uma revista especializada da Bloch Editores obtendo a resposta de que "não tinham autorização para contratar negros em nenhuma história".

Novelas na televisão continuam com um alto índice de audiência e de certa forma abrem um espaço no mercado de trabalho dos atores. Mas esse espaço, observa a atriz negra Léa Garcia (ver depoimentos), ainda é restrito para os atores e atrizes negras, os quais, geralmente, só são convidados para participar no caso do texto explicitar um personagem dessa cor. Os personagens negros mais comuns são os marginalizados na sociedade, e dificilmente ganham uma vida própria no texto, ou seja, acabam fazendo praticamente uma ponta ou figuração.

Há casos excepcionais, como a professora de História, interpretada recentemente por Léa Garcia, numa novela das 18 horas (ainda não horário nobre), cuja filha apaixonou-se por um rapaz branco e rico, sofrendo por isso discriminação racial. Quando a filha já se encontrava desesperada, a mãe (Léa Garcia) faz todo um levantamento histórico do negro, desde sua chegada da África até os dias de hoje, dentro de uma perspectiva, segundo a atriz, da visão dos movimentos negros.

Não raras vezes, o autor de novelas é obrigado a modificar o desenvolvimento do enredo face a exigências raciais de telespectadores. Um desses fatos aconteceu numa emissora de televisão de São Paulo, segundo conta Zezé Mota:

"Havia um triângulo amoroso — Leila Diniz (branca), Zózimo Bubul (negro) e Aizita Nascimento (negra). As duas eram apaixonadas pelo negro e ficava aquele suspense com quem ele se casaria. Vários telespectadores, sobretudo do município paulista de Campinas, enviaram cartas protestando com a possibilidade que se vislumbrava do negro casar com a branca. A preocupação com as pesquisas de opinião pública faz com que as emissoras passem por cima de tudo. Até mesmo do talento dos atores negros. Face aos apelos dos telespectadores, o roteiro da novela foi mudado."

### Racismo nos anúncios

É muito comum os cadernos de classificados da grande imprensa brasileira veicularem anúncios com a exigência de "boa aparência", forma não muito sutil de algumas empresas negarem a contratação de mão-de-obra negra. Não é raro também a exigência do *curriculum vitae* do interessado acompanhado de uma foto.

Há casos mais gritantes, como o de um anúncio da empresa transnacional *Sears Roebuck* ao se instalar em Brasília: "*Sears* procura louras, de mais de 18 anos, boa aparência, manequim 42". O anúncio repercutiu no Congresso com pronunciamentos de parlamentares levantando a possibilidade da empresa ser enquadrada na lei Afonso Arinos. O gerente geral da *Sears* deu uma desculpa esfarrapada: "O anúncio pedia louras porque se adaptam melhor à cor do vestido a ser usado".

Em agosto de 1980, um anúncio de emprego num curso de datilografia dizia claramente que "não se aceita gente de cor". A proprietária do curso, Léa Alves Nestler, declarou posteriormente à imprensa que fez restrição a negros porque seus alunos "têm preconceito contra gente de cor". Ela se baseou no fato de anteriormente ter despedido uma professora negra pois "quando ela estava aqui, não recebi alunos novos. Como não gostaria de fazer isso outra vez, resolvi não mais aceitar pessoas de cor para trabalhar". A proprietária negou ser racista.

Recentemente, um amigo de Zezé Mota, o engenheiro negro Asilófilo de Oliveira, desempregado há seis meses, foi o primeiro candidato a telefonar para uma empresa que colocara anúncio num grande jornal do Rio. Depois de praticamente quase tudo acertado por telefone, o doutor Oliveira apresentou-se pessoalmente e o emprego de engenheiro acabou sendo negado. Não chegaram a alegar nada oficialmente, mas um funcionário acabou confessando que a firma evitava contratar engenheiros negros porque os operários das obras teriam dificuldades de respeitar "um negro na direção".

CONFIDENCIAL

9/29



Sears PRO "A LOURAS!"  
 SE DIVER EMPREGOS DE CONDIÇÃO POPULAR  
 RECEPCIONISTAS DE CREDITO  
 BASEADA EM 1982  
 CANDIDATE SE AGORA!

No. 41 - Janeiro - 1982

terceiro  
CONFIDENCIAL

17

LEITURA PRECÁRIA

## A polêmica em torno da lei Afonso Arinos

Essa questão de discriminação tem uma amplitude e profundidade que nunca nenhuma lei poderá abarcar. A discriminação racial não é um problema legal mas cultural. Os problemas culturais são por si mesmos dramaticamente inextinguíveis. Acho razoável que os vários grupos das comunidades negras se posicionem criticamente em relação à lei Afonso Arinos, mas considero um pensamento radical afirmar que hoje a lei até favorece o racismo.

O perigo do racismo é quando ele se insere nas massas populares e não nas elites intelectuais. A diferença entre o Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, é que o racismo aqui está nas chamadas elites culturais ou sociais. No Brasil, não há nenhuma família antiga que seja branca; todas com mais de 200 anos têm sangue negro.

As pessoas que ascendem socialmente são muitas vezes mulatos, mas existe uma espécie de preconceito anti-negro. Na massa popular não se encontra isso. Na Inglaterra, vão mudar a Lei da Comunidade Britânica para excluir os negros, não porque os intelectuais do Parlamento inglês queiram, mas por desejo das massas trabalhadoras. O racismo no Brasil está na elite social, não no povo.

Acho que a lei Afonso Arinos tem muitas falhas. Para aplicação, a lei depende de ser solicitada. Ela não é aplicada porque não há da parte da pessoa protegida pela lei a iniciativa de apelar para ela. As pessoas ficam acanhadas. A lei é traca, não fala em edifícios de apartamentos quando a elaborei em 1951. Façam uma outra... Qual a razão de não fazerem uma outra melhor?

Peço aos críticos da lei Afonso Arinos que façam uma melhor. A declaração dos direitos de 1967 foi escrita por mim. O texto existe mas não é cumprido. Pela primeira vez, em todas as constituições do mundo está escrito: "a discriminação racial será punida pela lei". Transformar a discriminação racial em crimes no texto constitucional. Isto é um incitamento para que façam uma lei boa."

Segundo o seu autor, a lei — que leva o seu nome — surgiu numa tarde de sábado de 1951, quando José Augusto, o motorista negro do parlamentar Afonso Arinos de Mello Franco contou-lhe que tinha sido proibido de entrar numa sorveteria no centro da cidade, por ser negro.

### A lei Afonso Arinos

Lei nº 1.399 — de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça ou cor.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Constitui contravenção penal punida nos termos desta lei a recusa, por parte do estabelecimento comercial ou do posto de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber clientes, comprando ou não, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único — Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2º — Recusar a alguém hospedagem em hotel, pousada, estalagem ou estabelecimento de recreio finalizado, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3º — Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer natureza, a atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e lojas vendendo abertamente ao público, onde se sirvam

alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4º — Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em edifícios de habitação ou estabelecimentos de ensino, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5º — Recusar ingresso de criança em estabelecimento de ensino, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único — Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a metade do cargo para o agente, desde que aguçado em Inquérito regular.

Art. 6º — Obstar a acesso de alguém a qualquer cargo de funcíonário público ou a qualquer cargo das Forças Armadas por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Perda do cargo, depois de inutilizada a responsabilidade, em Inquérito regular para o funcionário eleito regular de que dependa a nomeação no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7º — Negar emprego no trabalho e alugar em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor.

Pena — Prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada, por preconceito de raça ou de cor, desde que comprovada a existência de empresa controlada pela administração pública.

Art. 8º — Nos casos de inclusão ou exclusão em estabelecimentos públicos, poderá o juiz determinar a publicação de aviso no Diário Oficial de cada município por prazo não superior a três meses.

Art. 9º — Esta lei entrará em vigor 15 dias após a sua publicação, retroagindo a disposição em contrário.

Distrito Federal, 3 de julho de 1951  
Celso Vargas, Presidente.



Afonso Arinos



Abdias do Nascimento

□ O escritor Abdias do Nascimento tem uma versão diferente sobre a origem da lei Afonso Arinos:

"Em 1944, fundamos o Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, com vários propósitos. Era na verdade um movimento de muitas frentes, uma delas de natureza política. O Teatro Negro criou um movimento chamado Convenção Nacional do Negro, cuja primeira reunião nacional aconteceu em São Paulo. A Convenção votou como um dos seus pontos de reivindicações prioritárias uma lei anti-racista, uma lei que deixasse bem claro como crime de lesa-pátria a prática da discriminação racial, propugnando também medidas de caráter econômico para que o brasileiro de origem africana tivesse reais possibilidades de usufruir dessa igualdade perante a lei.

"Quando se reuniu a Assembléia Constituinte de 1946, a Convenção se dirigiu a todos os partidos e parlamentares enviando seu programa de reivindicações. Recebeu então esse apoio retórico e convencional dos partidos. Mas o senador Hamilton Nogueira, da ex-UDN do então Distrito Federal, fez um discurso mostrando que o racismo no Brasil era uma questão de fato e não subjetiva. Apresentou um projeto de lei anti-racista, assumindo portanto todo um programa da Convenção do Negro.

"Houve então várias manifestações contra a lei sob a alegação de que primeiro precisava existirem fatos concretos de racismo para que a lei pudesse ser votada. O único deputado negro na Assembléia Constituinte, Claudino José da Silva, deputado pelo Partido Comunista do Estado do Rio de Janeiro, foi contra a lei dizendo que aquilo restringiria o conceito amplo da democracia.

"A lei não foi aprovada. Ficou para ser discutida quando houvesse um fato concreto. Isso aconteceu em 1950, quando a coreógrafa internacional Katherine Dunham foi discriminada num hotel de São Paulo. Aí, entra o sr. Afonso Arinos e apresenta a lei. Hoje ele faz toda uma teoria dizendo que foi por causa de um motorista.

#### O quilombismo

"Não se pode falar em democracia neste país sem levar em conta a voz, os problemas, as aspirações e os valores do negro, isto é, dessa grande maioria de descendentes de africanos que construiu o Brasil.

"Desde que começou a vinda das grandes levas de imigrantes europeus, os negros foram excluídos e cortados, até mesmo do setor agrário, onde é inegável que foi construído unicamente com o

suor e trabalho dos escravos. No meu livro "O negro revoltado", publico uma estatística da Sociedade Brasileira de Agricultura mostrando que a grande maioria do setor agrário não queria saber do trabalhador negro. A grande parcela da população negra brasileira continua atualmente como pária no campo. Daí para nós, negros, ser importante uma reforma agrária.

"A teoria quilombista que eu prego no meu livro afirma e reivindica que a terra deve ser propriedade coletiva da sociedade e não ficar como propriedade de alguns para usufruto de poucos proprietários.

"O negro precisa fazer a sua própria ciência se quiser se libertar dessas tutelas acadêmicas ditas científicas. E o que estamos fazendo no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, da PUC de São Paulo. Criado com a cooperação de dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, o Instituto pretende fazer um levantamento exaustivo da realidade afro-brasileira. Seu projeto-piloto e básico de tudo o que vai acontecer depois é o conhecimento das comunidades de origem africana que estão isoladas do fluxo convencional da nossa sociedade. O exemplo mais ilustre é o de Cafundó, em São Paulo. Existem centenas dessas comunidades, como Bom Jesus, Cajoeira e Jacaré dos Pretos, no Estado do Maranhão.

"Os heróis de cor negra que a história do Brasil celebra são exatamente aqueles que fizeram o jogo do opressor, como Henrique Dias, Marcelino Dias etc. Os heróis que realmente contribuíram para a libertação das massas negras figuram de uma maneira muito episódica como no caso de Zumbi. Não se fala do preto Pio, das fugas em massa das fazendas de São Paulo. Não se fala do preto Cosme do Maranhão. Não se fala dos quatro Tiradentes (um dos mártires da independência brasileira) negros dos Alfaiates, da guerra dos Farrapos do Rio Grande do Sul. Não se enfatizam esses grandes gestos coletivos de heroísmo. Não se trata de indivíduos, mas das grandes massas de origem africana que tanto lutaram para serem livres e ajudarem o Brasil a se libertar.

"A República dos Palmares foi um exemplo magnífico de convivência racial. Ninguém era inferior por que era branco, preto ou índio. Ali todo mundo era igualitário.

"Com a vinda dos representantes diplomáticos da África e o noticiário da imprensa sobre o continente de onde viemos, mesmo que distorcido a favor das classes dominantes, dá o sentido de que o negro não está só. Pertence a uma Nação que tem uma comunidade com um relacionamento profundo em cultura e situação étnica."

UMA  
DEMONSTRAÇÃO  
RACIAL?

## As estatísticas mostram onde está o racismo

Além do debate teórico, os números sobre a população brasileira indicam que na prática não existem oportunidades iguais para brancos e negros



Um levantamento feito nos mais diversos setores, civis e militares, da sociedade brasileira e em alguns da chamada elite, constatou-se que o negro (tampouco o mulato) não ocupa um espaço compatível com pelo menos a proporcionalidade do seu número existente oficialmente no país que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 1976 — corresponde a 41% (pretos e pardos = negros) da população. No Exército, dos 17 generais de Exército (posto mais alto da oficialidade), incluídos quatro ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e o ministro do Exército, nenhum é negro ou mulato. Dos 11 almirantes de Esquadra (posto mais alto da Marinha), incluídos três ministros do STM e um do Tribunal Marítimo e o ministro da Marinha, nenhum é negro ou mulato. Na Aeronáutica, dos sete tenentes-brigadeiros integrantes do Alto Comando, inclusive o ministro da Aeronáutica, nenhum é negro ou mulato.

Na área política, o quadro é o seguinte: dos 22 governadores eleitos por vias indiretas em 1978, nenhum é negro ou mulato. Dos 20 ministros do governo João Batista Figueiredo também não se encontra nenhum negro ou mulato. Dos 420 deputados eleitos em 1978, dois são negros e dois mulatos (só representantes do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul), enquanto entre os 67 senadores, um é negro e um é mulato (Mato Grosso e Rio).

Na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), dos 20 integrantes da diretoria, quatro são mulatos e nenhum é negro. Dos 9 diretores efetivos da Federação Nacional dos Economistas, nenhum é negro e um é mulato, enquanto dos 30 integrantes da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, um é negro e nenhum é mulato. Da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio, entre os 24 integrantes, um é negro, o presidente do Sindicato, Carlos Alberto de Oliveira. Dos 92 conselheiros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), um é negro (representante de Minas Gerais), enquanto na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos 11 diretores, nenhum é negro ou mulato.

Na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fújan), entre os 27 integrantes da diretoria, efetivos e suplentes, nenhum é negro, o mesmo acontecendo com a Confederação Nacional do Comércio, em que dos 28 membros, efetivos e suplentes, nenhum é negro.

Entre os 11 maiores banqueiros do jogo-do-bicho (jogo chamado de azar ainda considerado contravenção penal, mas cujos banqueiros têm um poder de fato, inclusive o de corromper a polícia)



que controlam a área do Rio e Grande Rio (incluindo a Baixada Fluminense e algumas cidades vizinhas do Rio, como Niterói), nenhum é negro.

Dos 11 titulares da atual Seleção Brasileira, que possivelmente deverá representar o Brasil na próxima Copa do Mundo da Espanha, encontram-se quatro negros e mulatos.

Na Academia Brasileira de Letras, entre os 40 escritores considerados imortais, nenhum é negro ou mulato.

No Rio, o quadro nos sindicatos dos Artistas e dos Metalúrgicos é o seguinte: dos 24 integrantes da diretoria dos artistas, um é negro, enquanto entre os metalúrgicos, dos 24 diretores, cinco são negros e três mulatos.

## Quantos são os negros?

**E**laborado pelo sociólogo Gilberto Freyre no início dos anos 30, o conceito de democracia racial serve até hoje ao poder dominante para mostrar ao mundo que no Brasil não há preconceito ou discriminação racial contra o negro.

Segundo o autor de "Casa grande & senzala" a ausência de preconceito ou discriminação se deve à "plasticidade cultural" do colonizador português, que já tivera uma experiência prévia com a escravidão ao submeter os mouros em Portugal.

Ainda para Freyre, houve uma tolerância racial do colonizador português com o escravo negro, comparando-se com a rigidez nas atitudes raciais do colonizador anglo-saxão, particularmente nos Estados Unidos. Freyre, em suma, superenfatiza as diferenças no campo racial existentes entre os Estados Unidos e o Brasil, tendo a plasticidade cultural se traduzido na miscigenação, ou seja, a mistura entre negros e brancos.

No início dos anos 30, predominava entre os intelectuais brasileiros, como Oliveira Vianna entre outros, a idéia segundo a qual a mistura criaria uma "raça fraca e em degenerescência". Gilberto Freyre inverte essa tendência ao assinalar que justamente a mistura é uma síntese dos melhores aspectos de cada uma das três raças.

Apesar disso, o conceito lançado por Gilberto Freyre acabou criando uma arma contra o negro, pois a partir do conceito de democracia racial, o governo brasileiro adotou essa versão oficial e publicamente. Serviu na prática o conceito de democracia racial para a adoção de uma política de investruz, ou seja, de ignorar um problema existente no Brasil e que só pode ser enfrentado ao torná-lo público. Em outras palavras: afirmar que no Brasil não existe preconceito ou discriminação contra o negro é ignorar os fatos constatáveis nos mais diversos setores da sociedade brasileira e, portanto, contribuir para a continuação do problema.

### Um conceito complexo

Tecnicamente é praticamente impossível determinar o número preciso de negros no Brasil. O mais recente dado estatístico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, conclui que 41% da população que compõe a força de trabalho

é negra, cuja conceituação resulta na soma de pretos e pardos (pretos mais pardos resulta negros).

O quesito "cor" nos censos demográficos tem provocado os mais diversos tipos de controvérsias. Em 1970, o quesito foi retirado do censo sob a alegação oficial de que não sendo bem aferido provocava distorções. A retirada provocou muita polêmica e até hoje paira a suspeita de que o motivo técnico alegado foi na verdade uma capa para esconder o aspecto político da questão. Em outras palavras: o velho esquema brasileiro de esconder a problemática racial; nada melhor do que a omissão para acabar com a celeuma. Eram os trágicos tempos de arbítrio total do governo Médici.

Finalmente, depois de inúmeras campanhas pelo restabelecimento do quesito "cor" e um abaixo-assinado de 120 cientistas sociais, o movimento comandado pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) conseguiu obter uma vitória com o retorno do quesito ao PNAD-76.

No ensaio "O lugar do negro na força de trabalho", elaborado por Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcari e Tereza Cristina Araújo Costa, há um breve histórico sobre o quesito "cor" nos censos. Em 1872, a população foi subdividida em livre e escrava e, segundo o professor Mortara, a declaração da cor foi deixada ao recenseado livre, que definiu não somente a sua cor mas a de seus escravos. Os entrevistados foram assim classificados: se fossem livres, em brancos, pardos, pretos ou caboclos; e se escravos, em pardos e pretos. Já em 1890, a população foi classificada, segundo a cor, em brancos, pretos, caboclos e mestiços.

A variável cor só voltou a ser pesquisada no Censo de 1940, com opções de resposta entre preto, branco e amarelo. Quando não fosse possível essa qualificação, o entrevistador lançaria um traço horizontal no lugar reservado para a resposta. Isto resultou na classificação da população em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos), além da constituição de um grupo genérico sob a designação de pardos (para os que se designaram como caboclos, mulatos, morenos etc ou se limitaram ao lançamento do traço).

Em 1976, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios inclui em seu suplemento a variável "cor" desdobrada em dois quesitos. O primeiro tinha por objetivo investigar como os informantes identificavam a sua cor, ou seja, qual a terminologia utilizada para essa identificação. O segundo quesito visava obter do informante uma classificação da resposta dada ao quesito anterior, de acordo com a forma mais tradicional de investigação sobre cor nas pesquisas do IBGE.

A análise das respostas do quesito aberto de cor — assinala o ensaio — indicou, apesar da quantidade extensa de designações, haver uma elevadíssima concentração em alguns poucos termos. Aproxima-



damente 95% das respostas estavam concentradas em apenas sete designações de cor diferentes, sendo quatro delas comuns às usadas no quesito fechado, ou seja: branca (41,9%), preta (7,6%), amarela (0,97%) e parda (7,6%). As outras três categorias mais frequentes foram as designações: clara (2,5%), morena clara (2,8%) e morena (34,4%).

#### Questão política

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial considera — tendo por base a conceituação da Unesco — que 70% da população brasileira é negra ou mestiça, com algum grau de ascendência africana. Em outros termos: para o MNU, quem tiver algum tipo de sangue africano é negro.

Analisada politicamente, a questão se torna ainda mais complexa. A categoria parda, assinala o sociólogo Carlos Hasenbalg, é residual, resulta de

misturas, nem preto, nem branco. Partindo do critério que só é branco quem tem ascendência européia pura, menos de 50% da população brasileira é branca.

A questão não é apenas de identificação de cor mas sim de identidade, explica Hasenbalg. No caso do mulato, tem ou não identidade de negro? Na medida em que existe no Brasil toda uma ideologia de branqueamento, o mulato pode se identificar com o branco. Na massa da população não-branca, nem todos vão se considerar da categoria racial chamada negra.

No Brasil, de alguma forma, o poder dominante conseguiu fragmentar a identidade dos não-brancos, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos da América, onde se é negro ou branco.

Agora, nestes anos 80, a complexa questão da identidade racial é um ponto fundamental que se coloca politicamente para o movimento negro brasileiro, (M. A. Jacobskind)

18

**CONFIDENCIAL**



## Quando a "boa aparência" esconde a discriminação

O mercado de trabalho discrimina o negro de todas as formas. Não é só nos anúncios escondidos nas páginas dos classificados dos jornais que o racismo transparece, cuidadosamente disfarçado em exigências de candidatos de *boa aparência* e *cor clara*. O problema é muito mais profundo e está presente em todas as profissões, mesmo nas de *status social* mais baixo, onde ao negro é sempre reservado o lugar mais inferior e o salário menor.

Os dados desta estranha realidade são estarrecedores para um país que se autodefine como uma democracia racial: 81,4% dos empresários, administradores e profissionais de nível superior são brancos; os brancos ocupam ainda 75% do mercado profissional de nível médio e têm as melhores posições e salários na indústria, na agricultura e no setor de prestação de serviços, este o mais fortemente discriminador do negro. No trabalho autônomo, o quadro se repete: é aí onde há maior desproporção salarial entre negros, pardos e brancos. Em média, os negros e pardos ganham a metade do rendimento dos brancos.

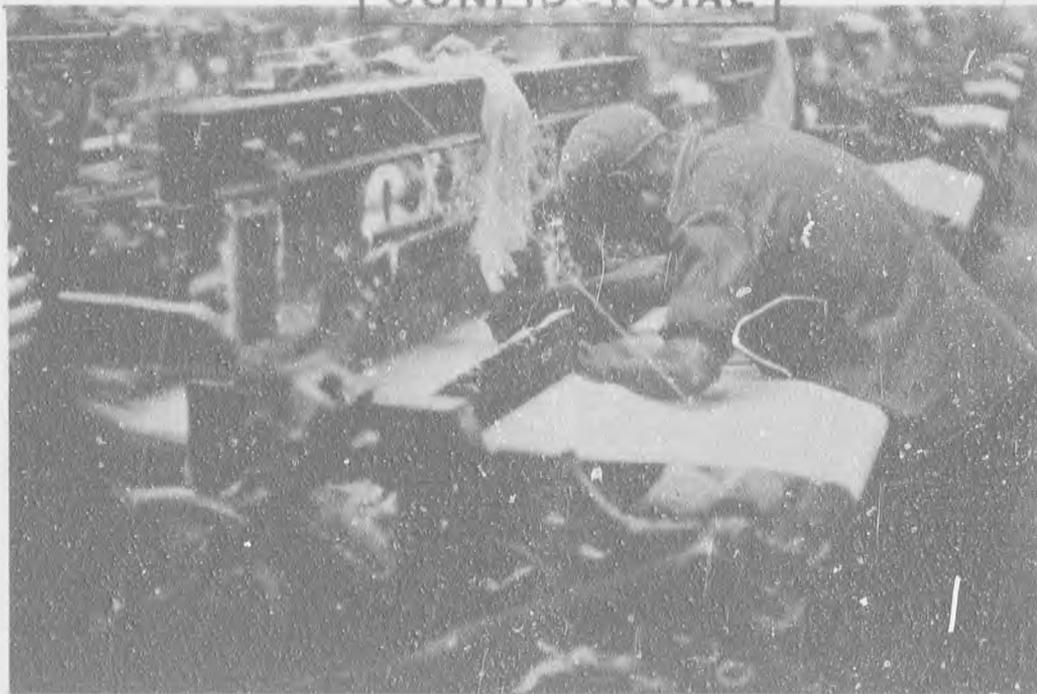
Todos esses dados constam de um trabalho elaborado pelas cientistas sociais Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Tereza Cristina Araújo Costa, sob o título "O lugar do negro na força de trabalho". Baseado em dados de 1976, mostra a marginalização do negro em todos os níveis do mercado de trabalho, onde representa, inclusive, o maior contingente de população pobre do país. Segundo a pesquisa, do total de 47% dos brasileiros com renda igual ou inferior a um salário mínimo, o contingente de brancos é de apenas 38% contra 63% da população negra e 57,8% da população parda.

### Discriminação racial

Em linhas gerais, a pesquisa chega a algumas conclusões básicas: em todas as categorias profissionais estudadas, o negro ocupa posição inferior

**LEITURA PRECÁRIA**

**CONFIDENCIAL**



ao branco; na categoria "ocupações de nível superior, empresários e administradores" é onde existem maiores desigualdades, com os pretos e pardos ganhando, respectivamente, 36,9% e 49,6% do rendimento médio dos brancos; nas ocupações manuais urbanas, a relação de anos médios de estudo entre brancos e negros é sempre menor que a relação encontrada entre rendimentos médios, o que significa a pior remuneração da força de trabalho negra mesmo quando esta possui nível educacional igual ou superior ao da força de trabalho branca.

A partir dessas constatações, a pesquisa procura colocar em evidência um aspecto da realidade brasileira; a importância decisiva que a estrutura ocupacional joga na distribuição da renda e na própria posição social do indivíduo e seus familiares. Para ilustrar, cita um dado expressivo: os trabalhadores não-manuais, que representam apenas 18% da força de trabalho, detêm 47,8% dos rendimentos, enquanto os trabalhadores manuais urbanos, que correspondem a 44,3% da força de trabalho, possuem apenas 39,4% dos rendimentos.

Esse é um aspecto que a pesquisa levanta. Tentando aprofundar a questão das desigualdades, conclui também pela existência de um dado complementar: a desigualdade existente em função da própria diferenciação racial. Concluem as autoras

do trabalho: "Quando comparamos a composição da força de trabalho segundo os grupos com a parcela de rendimentos apropriada por cada um desses grupos temos que os brancos, que representam pouco mais da metade de força de trabalho, recebem quase três quartos do rendimento, ficando a parcela restante do rendimento para os demais grupos raciais. Em que medida essa maior concentração de renda nas mãos dos brancos está relacionada à própria distribuição ocupacional da força de trabalho, onde as funções de maior status são preenchidas basicamente por brancos?"

São as próprias autoras que respondem:

"A maior parcela do rendimento fica nas mãos dos brancos, independentemente das categorias ocupacionais em que estejam."

Para ilustrar, citam os seguintes dados: os brancos detêm 85,4% dos rendimentos dos trabalhadores não-manuais; 65,8% dos rendimentos dos trabalhadores manuais urbanos; e 57% dos rendimentos dos trabalhadores manuais rurais.

"Mesmo na categoria de trabalhadores manuais rurais onde os brancos representam uma parcela de força de trabalho inferior (48,3%) à dos negros, a proporção de rendimentos deles é superior."

"Na categoria de trabalhadores não-manuais, 77% das pessoas são brancas. Essas pessoas recebem 85,4% da renda. Os negros, que representam



20,5% das pessoas da categoria, recebem apenas 11,5% dos rendimentos.

"Dentre os trabalhadores manuais urbanos, o rendimento dos empregados é mais uniformemente distribuído entre os grupos raciais que entre os autônomos. Os empregados urbanos brancos representam 54% das pessoas nessa categoria e recebem 63% do rendimento; já os brancos com posição ocupacional de autônomo representam 58% das pessoas nessa categoria e ficam com parcela bem maior de rendimentos: 71%".

A desproporção de rendimento tende a se acentuar nas ocupações que exigem maior qualificação, habilidade ou mesmo a propriedade de alguns instrumentos de trabalho para desempenho de atividades autônomas.

As desigualdades se fazem presentes também entre os brancos e negros ricos. Dos 5% da força de trabalho considerados mais ricos, 85,5% são brancos; os negros e pardos correspondem respectivamente a 1 e 9,9%. É também entre os brancos onde a concentração de renda é maior: o estudo constatou que 1% dos brancos mais ricos se apropriaram de 17,9% do rendimento total dos brancos; a mesma proporção de pardos mais ricos fica com 14,4% da renda dos pardos, enquanto os negros ricos se apropriam de 8,9% do rendimento do seu grupo racial. Se traduzido em números, os brancos ganhariam seis vezes mais que os negros e três vezes mais que os pardos.

### Reprodução das desigualdades

Segundo os levantamentos das pesquisadoras de "O lugar do negro na força de trabalho", as desigualdades se reproduzem a partir de um ciclo vicioso que poderia ser sintetizado assim: a família ganha pouco, emprega cedo os seus filhos para completar a renda; estes, no futuro, não têm condições de galgar melhores postos e, assim, a discriminação econômica continua de geração em geração, agravada por todas as distorções do modelo sócio-econômico e político brasileiro.

Para explicar melhor esse aspecto da reprodução das desigualdades, as autoras recorreram a da-

## CONFIDENCIAL

dos do Plano Nacional de Amostragem Domiciliar - PNAD e estudos de mobilidade de cor e mão-de-obra, do IBGE. Os dados levantados indicam que o trabalho prematuro do menor é um drama nacional, que atinge indistintamente pessoas de todas as raças: até os 17 anos, 83,5% dos brasileiros são obrigados a se inserir no mercado de trabalho para ajudar suas famílias.

Mas, no caso dos negros e dos pardos, a desproporção é maior que entre os brancos: 90,9% dos negros e 87,3% dos pardos recorrem a um emprego qualquer até os 17 anos, enquanto o percentual de brancos é de 80%, evidentemente também uma taxa altíssima, que traduz o estado de pobreza geral da população, independentemente de raças.

O trabalho dos 5 aos 14 anos é igualmente uma questão dramática para todos: atinge 63,5% dos brasileiros, sendo 61,4% dos brancos, 73,1% dos negros e 70,9% dos pardos.

Igualmente dramática é a situação da mulher negra. As chefes-de-família de cor negra e parda correspondem a 36,7% do total de famílias brasileiras, enquanto as brancas correspondem a 13,4%.

Seus rendimentos são duplamente aviltados: em relação aos chefes-de-família homens, que ganham quase o dobro que elas, e em relação às chefes-de-família brancas, que ganham, também, salário superior. Enquanto a renda de uma família chefiada por um homem branco é da ordem de 5,2 salários, a família de um negro ou um pardo tem renda média de três salários; se essa família for chefiada por uma mulher, a renda será de 1,3 salário para a mulher preta e 1,7 para a mulher parda. Nas famílias chefiadas por mulheres brancas, a renda média é de 3,2 salários mínimos.

A pesquisa também desmistifica as questões da miscigenação racial e da possibilidade de mobilidade dos brancos, ambas consideradas pela ideologia oficial como forças de descompressão. Não é nada disso: o casamento entre negros e brancos não atenua a questão da discriminação racial, nem da discriminação dos pretos e pardos dentro do mercado de trabalho pela simples razão que o problema está relacionado com a estrutura econômica e social do país como um todo e que já discrimina o negro no momento em que ele nasce, pela sua condição de pobreza.

Outro detalhe que a pesquisa mostra com clareza linear: a pobreza geral dos brasileiros. Segundo seus dados, 60,6% das famílias têm rendimento até três salários, sendo que a presença das famílias negras (pretas e pardas) é maciça: 80,5% das famílias de pretos e 74,7% de pardos. Um dado que por si só destrói o mito da democracia racial brasileira e evidencia as distorções do nosso modelo político como profundamente nefastas para negros e brancos. (Francisco Viana)



## CATEGORIA OCUPACIONAIS

transportes .....	59,9
Trabalhadores autônomos e não remunerados em ocupações da indústria de transformação, construção civil, do comércio, e da prestação de serviços .....	58,2

## PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

## BRANCOS

## ACIMA DA % NA FORÇA DE TRABALHO

Profissionais de nível superior .....	81,4
Profissionais de nível médio .....	75,0
Empregados em ocupações do comércio ..	65,6
Empregados na indústria de transformação .....	60,5
Empregados em ocupações dos	

## ABAIXO DA % NA FORÇA DE TRABALHO

Empregados na agropecuária .....	43,6
Empregados na construção civil .....	45,6
Empregados na prestação de serviços ..	47,2
Autônomos e não remunerados na agropecuária .....	50,7

UMA  
DEMOCRACIA  
RACIAL?

## O preconceito no cotidiano



Reunimos aqui alguns depoimentos a título de amostra, tentando exemplificar com casos reais como a "democracia racial" não é tão democrática como muitos pretendem. São políticos, bispos, artistas, profissionais e trabalhadores falando de sua experiência de convívio social. No que se refere às Forças Armadas, recorremos ao depoimento de Nelson Werneck Sodré que não é negro, mas sabe como o racismo funciona nos quartéis

### NELSON WERNECK SODRÉ

No Exército, o problema racial aparece de uma maneira diferente das demais forças armadas. Em relação à Marinha, o Exército sempre teve uma posição mais democrática na questão, porque o Exército era menos importante. A Marinha era monarquista e assim permaneceu em grande parte após a proclamação da República. A República nasceu com o Exército. Pela sua desimportância social, o fato de ser militar, mesmo oficial, não classificava o indivíduo no Brasil. Naqueles tempos havia uma certa receptividade a pessoas não-brancas.

"Enquanto o Exército não ganhou importância social, foi o lugar onde se acolheram negros e mulatos. Para isso contribuiu a Guerra do Paraguai, quando, majoritariamente, a tropa foi recrutada na massa escrava. Os que sentavam praça eram alforriados, sendo portanto o grosso da tropa composta de libertos.

"O fato de terem se igualado aos brancos e muitos terem ascendido nos postos da hierarquia militar, permitiu ao Exército abrigar negros e mulatos em profusão. O Exército teve uma posição definida pró-Abolição da Escravidão. Posteriormente, quando justamente perante a Lei não mais se diferencia o negro do branco, começa a funcionar o preconceito no Exército. O número de negros vai tendendo a desaparecer. Falo nos quadros permanentes — quer dizer, oficiais, não nos soldados que são transitórios. Há um certo número de sargentos negros, mas um reduzido número de oficiais.

"Só no Estado Novo é que vigorou uma norma discriminatória na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo, quando se proibiu a entrada de negros, mulatos, judeus e filhos de operários. A norma baixada pelo então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, caiu em desuso logo depois que o Brasil entrou na guerra contra o nazifascismo mas, enquanto vigorou, houve casos de se retirarem pessoas porque eram amulados."

## ADALBERTO CAMARGO

Empresário em São Paulo e fundador da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, o deputado Adalberto Camargo, do PDS (Partido Democrático Social, do governo), diz que há ascensão da comunidade negra na hierarquia social do Brasil, e dá os exemplos:

"Em São Paulo, estado líder da Federação, o negro ocupa — pela primeira vez na sua história — as três casas de representação popular: as Câmaras federal, estadual e municipal; sendo que, no legislativo estadual, estamos representados por uma mulher negra e na casa dos vereadores, ocupamos a presidência. Isso é um fato histórico da maior importância.

"Outro indicativo da ascensão da comunidade negra na hierarquia social, é o fato de que, neste processo para a redemocratização — para mim, de democratização —, uma grande parcela da população, representada pelo segmento negro, deve atingir seus 40% de peso político no conjunto do eleitorado. Esse segmento nunca participou antes da orientação nem das decisões dos destinos políticos do país. E agora, com a reestruturação político-partidária é que os partidos, nas suas cartas de princípios, colocam o problema da comunidade negra, numa atitude inequívoca de reconhecimento do peso político por nós representado. Essa preocupação nunca ocorreu no passado: nem pela ex-UDN nem pelo ex-PSD, ou qualquer outro partido no resto da História. E o fato dos novos partidos colocarem com preocupação o problema do negro, merece uma análise clara: está-se sentindo que o elemento negro vem tomando consciência de seu valor, vem se libertando do estigma histórico, negativo, legado da escravidão, vem tomando consciência de sua importância como força e poder político.



## VALDON VARJÃO

Ex-garimpeiro, 56 anos, tabelião em Larra do Garças (estado de Mato Grosso, no centro-oeste) e autodidata, Valdon Varjão (PDS) — o primeiro senador negro do Brasil — é contra o racismo e partidário da integração.

"Comigo isoladamente até que não há o de que reclame. Entrei-me talvez mais do que outros companheiros que estão aqui há mais tempo. Quando entro no plenário, sou bem recebido e me sinto como se fosse um elemento há muito integrado no meio dos parlamentares do Congresso. O problema da discriminação, portanto, não surgiu para com a minha pessoa. Aliás, eles dizem que não sou negro, sou mulato, um descendente da raça negra. Ser negro, para mim é um orgulho.

"Já falei muitas vezes sobre o problema do negro no Brasil e como deve ser feita a integração. Ela tem de começar através de movimentos como os que estão surgindo em Ribeirão Preto (São Paulo) e Uberaba (Minas Gerais). Ou o que o bispo de João Pessoa (estado da Paraíba), dom Pelé — que prefere ser apelidado de dom Zumbi — está fazendo no Nordeste, tentando iniciar uma pastoral do negro, exatamente como existe a pastoral do índio ou do operário. Por isso, convoco os descendentes da raça afro-brasileira a participarem mais da política.

Outro dia, ouvi na televisão alguém dizer que não há racismo no Brasil e que, por lei, qualquer indivíduo pode chegar à Presidência da República. E pergunto: como, se os negros não têm acesso às escolas superiores navais e nem ao generalato? No regime em que vivemos, de que forma, então, um negro pode chegar a presidente?"



LEITURA PRECÁRIA

## CARLOS SANTOS

Para o deputado federal Carlos Santos, 71 anos, de PMDB do Rio Grande do Sul, a rigor não se pode falar em movimento negro no Brasil, porque o que se nota é um avivismo esparso, através de várias entidades voltadas para uma conscientização do valor do negro e de sua falta de integração na sociedade brasileira:

"Na minha longa vida pública tenho abordado esse problema, mas devo confessar que o faço numa dupla condição: de indivíduo e de grupo. Como indivíduo, mereço de Deus, fui tudo na vida, até governador num estado de tradição colonial como é o Rio Grande do Sul, recebido com as maiores considerações de respeito e estima. E como grupo, eu me reporto ao pensamento do saudoso sociólogo baiano Edgar Santana, quando afirmava que o problema do negro brasileiro é um problema de desvio de personalidade, fruto de 400 anos de cativeiro, que 90 de liberdade não conseguiram corrigir.

"Nota-se esse movimento, esparso, em todos os cantos do Brasil, e não tenho dúvida de que muito mais breve do que se espera, esses movimentos formarão uma só coluna, um corpo de uma só alma, ensejando aquela segunda abolição de que nos fala Florestan Fernandes.

"Ainda há pouco, assistimos em Alagoas uma estupenda afirmação dessa conscientização que se está formando entre os negros. Porque, contrariando aquela falsa assertiva de que o negro quando ascende socialmente se afasta do



seu meio, eu vi, exaltando a memória do Zumbi dos Palmares numa impressionante comunhão de sentimentos, negros de quase todos os grupos sociais e à frente deles figuras expoentes da cultura e do pensamento negro no Brasil (historiadores, professores, universitários, artistas, advogados, jornalistas), todos num só pensamento de criar uma consciência do valor humano que também se aninha na personalidade do negro. Para estímulo, estavam lá sete embaixadores de alguns países negros: Gana, Nigéria, Togo, Costa do Marfim, Senegal, Gabão, Zaire. Os países africanos de língua portuguesa (Angola, Moçambique etc), como se sabe, ainda não puderam instalar embaixada no Brasil.

"O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) garante que a maioria da população brasileira é formada de negros, levando em conta aparentemente apenas as mais variadas manifestações epidérmicas. Mas o IBGE faz mistério sobre esta conclusão e até hoje não revelou a cifra exata do número de brasileiros de cor negra e nem detalhes do critério usado para esta classificação."



LEITURA PRECÁRIA

## ALCEU COLLARES

O deputado Alceu Collares é o líder da bancada trabalhista (Partido Democrático Trabalhista - PDT) na Câmara Federal, em Brasília, e candidato a governador do Rio Grande do Sul.

Ainda há pouco, ao receber, na Câmara, os membros do Conselho Geral para a criação do Memorial Zumbi, Alceu Collares sugeriu que a partir de 1982 se pleiteasse a instalação de uma subcomissão, na Comissão de Interior da Câmara Baixa brasileira, com a finalidade de preparar as solenidades do centenário da abolição da escravidão no Brasil, a transcorrer em 1988. E assim devem ser coordenados todos os problemas que se relacionem com os negros, abrangendo os antropólogos, homens do povo, representantes da música, das artes, e com igual representatividade para estes dois fenômenos: futebol e carnaval.

"São duas formas democráticas de participação popular, talvez inconscientes do papel que desempenham no campo da própria cultura brasileira", afirma o deputado.

— Como político — diz Collares — tenho tido uma receptividade muito grande em todos os segmentos. Embora tenha havido uma manifestação de racismo, na Assembleia gaúcha, contra minha pessoa, entendo que ela reflete deformações psíquicas de uma facção ou de grupo de indivíduos. Não vou ter dificuldades de percorrer o meu caminho político em consequência das minhas origens.



## JOÃO CARLOS DOS SANTOS

A questão racial está vinculada à luta geral do povo brasileiro. Só vamos conseguir realmente ter relações raciais democráticas após uma democracia mais geral instalada no país, o que vai abrir um leque maior e permitir que nós, negros, consigamos enfrentar também essa questão com maior vigor.

"Um dos pilares da dominação é a questão racial. A luta portanto não pode estar desvinculada do conjunto de lutas do povo brasileiro. O importante é que a questão racial avance no plano político. Embora tenha dado prioridade em atuar politicamente como dirigente sindical, sinto no dia-a-dia a questão racial.

"Tem uma corrente dentro do movimento negro que defende a participação política em todos os partidos. Acho que como a questão do negro é contra o sistema de dominação e a dominação é feita pelo próprio sistema, vejo que seria um contra-senso participar em todos os partidos. Acho que se deve participar, enquanto movimento negro, nos partidos de oposição.

"Na minha área específica, dos petroquímicos de Caxias, o pior tipo de trabalho na escala funcional é ocupado pelos negros. É visível que o negro não tem oportunidade nas funções mais bem remuneradas. Ainda há um ranço de discriminação, mesmo nos setores mais especializados. Na fábrica em que trabalho, a maioria dos serventes ou dos auxiliares é composta de negros. Na Petrofex, no setor técnico, o quadro é também discriminatório.

"Os movimentos de libertação dos povos africanos são de suma importância. A participação dos movimentos negros em apoio a esses movimentos de libertação pode trazer experiência e muitas lições para os negros brasileiros."

terceiro mundo



LEITURA PRECÁRIA

No. 41 - Janeiro - 1982

JOËL RUFINO DOS SANTOS

O preconceito racial aparece em todas as camadas sociais, não apenas entre os ricos ou a classe média. O branco pobre, quando vê um negro que ganhou dinheiro e está bem colocado socialmente, manifesta o seu preconceito. Tem até aquele ditado: 'Preto quando está dirigindo carro é chofer ou é trambique'. Isso expressa bem o que o branco pobre acha do negro intelectual, profissional liberal e jogador de futebol que ganha bem. É muito comum se ouvir: Mas, puxa, esse crioulo ganha tanto!..'

"Existe também o preconceito direto. O aluno que chega e diz: 'Não tem um professor branco? Eu preferia...'. O fato do racismo brasileiro ser indireto não exclui a discriminação ostensiva. O racismo brasileiro tem uma vertente psicológica forte, que em certos momentos é menos predominante em relação a outras vertentes, como a econômica. Existe também a vertente cultural; por exemplo: o conceito de beleza do brasileiro é branco e, na prática, muito impiedoso com o que não é branco, exigindo até violência íntima da pessoa que não é branca, o desejo desesperado de se tornar branco.

"Ao nível psicológico, a coisa se manifesta da seguinte maneira: o branco projeta em cima do negro tudo aquilo que ele teme, que deseja mas odeia. Então para o branco, o negro é portador da inveja, luxúria, sujeira, da sexualidade. As pessoas acham que a mulata é a melhor de todas as mulheres, que o negro tem melhor desempenho sexual que o branco. No fundo estão projetando o desejo delas terem essa sexualidade extra e, ao mesmo tempo, o medo de assumi-la. Curioso é que o negro acaba introjetando essa imagem negativa de si mesmo e pronto, aí o caminho está aberto para mil formas de preconceitos."



Auto-imagem negativa

"Você pode imaginar que o racismo está no ar que respiramos. Então, brancos e negros respirando esse ar tornam-se racistas. Não é só o branco racista contra o negro, mas o próprio negro racista contra o negro. No concernente ao negro racista, a auto-imagem que tem de si é exatamente igual à imagem negativa que o branco tem do negro. No mercado de trabalho, o branco está em primeiro lugar, tanto no que se refere a salários como a oportunidades. Em parte, isso se explica pelo complexo de inferioridade que tem o negro diante do sistema competitivo. Ele já começa perdendo, acha que não tem capacidade de vencer na vida, de subir a escala social, ganhar mais, de morar em lugares mais decentes. Ele acha isso porque introjetou a imagem negativa de si próprio.

"Não é por decreto que se acaba com o preconceito racial. O avanço histórico da África é fundamental na luta contra o racismo no Brasil. Por várias razões. O fortalecimento dos países africanos e o seu prestígio crescente é uma prova de que o avanço histórico não é privilégio dos brancos europeus. Tudo isso contribui para reverter a imagem do negro diante de si próprio e diante do branco. Em suma, o branco vai respeitar mais o negro com o desenvolvimento dos países africanos.

"Você pode exemplificar concretamente. Os líderes africanos da descolonização: N'Kruma, Kenyata, Nierere, Agostinho Neto, Samora Machel etc, essa gente toda aí nos ajuda a pensar o negro, na medida em que nos ajuda a criticar o colonialismo, a assumir nossa identidade cultural de povo negro. A gente não pode esperar isso dos pensadores europeus, por mais progressistas que sejam."



## LEA GARCIA

No teatro, o ator negro só é convidado a participar de peças dependendo de uma citação no texto. Se o texto exige a participação de um ator negro, então ele participa.

"A mulher negra sofre a discriminação de uma forma mais intensa; primeiro, por ser negro e, em seguida, por ser mulher. Ela foge dos padrões estabelecidos de beleza da sociedade.

"Tenho lutado muito contra a discriminação racial, que é um fato na sociedade brasileira. Particpei do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Comecei em teatro trabalhando no Teatro Experimental do Negro. Atualmente, faço parte de um grupo, a Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (nome da avó de Zumbi), onde desenvolvemos uma série de atividades visando à conscientização em torno da problemática da mulher negra."

"Os movimentos de libertação dos povos africanos têm realmente grande influência sobre os movimentos negros brasileiros, que têm participado ativamente nos atos e manifestações de apoio a Angola, pela independência da Namíbia e contra o regime racista da África do Sul.

"Antes de participar do movimento negro, eu achava que agindo isoladamente no meu trabalho artístico estaria colaborando de alguma forma em favor da causa. Com o passar do tempo senti necessidade de ingressar no movimento negro e atuar de uma maneira mais intensa. É fundamental o trabalho coletivo.

"Voltando à questão do ator negro, é realmente uma mão-de-obra barata, aquele que recebe menos não só no teatro como na televisão. Mesmo considerando os anos de experiência que um ator negro tem de trabalho, ele vai ganhar, com suas exceções, uma quantia abaixo do nível médio. É um fato bem concreto em termos de discriminação."



## LELIA GONZÁLEZ

Numa batida policial, parados dois brancos e um negro num ponto de ônibus, a polícia vai direto em cima do negro exigindo documentos. Se o branco for amigo do negro evita a prisão. A maioria dos cidadãos negros é presa pelo fato de ser negra ou estar desempregada. Às vezes, ele apresenta carteira de trabalho assinada por um patrão branco, mas mesmo assim é preso.

"Por que a maioria da população carcerária é negra? Por que a maioria da população nos hospitais é negra? Em termos de assassinatos praticados pela polícia, em cada 10 cadáveres encontrados, oito são de negros.

"A nosso ver, a questão da violência policial está ligada não só ao aspecto objetivo do caráter institucionalizado do racismo no Brasil, como tem a ver com toda uma fobia de negro que existe neste país, pelo fato da população negra ser majoritária. É questão de memória inconsciente da época dos escravos, ou seja, medo de uma rebelião.

"A tese que defendemos é a de que o presidiário negro brasileiro não deixa de ser um preso político, porque é preso pelo fato de ser negro, não importa onde ele esteja. Temos casos não só de negros de classe média que são parados nos seus carros, mas também os que trabalham e estudam morando em subúrbios.

"Quando o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, fez uma visita de Natal aos presídios cariocas, uma revista semanal saiu com a seguinte manchete: 'Descoberta: preso comum também é torturado'. O país é tão racista que inclusive até os setores progressistas nunca viram isso. Em suma: a classe média branca foi descobrir que existe tortura porque seus filhos foram torturados, assassinados e até desaparecidos durante um projeto de luta, muito justo por sinal, contra uma ditadura. Esse pessoal nunca atentou para o detalhe que os maus tratos acontecem, tradicionalmente, há séculos, com os jovens negros de famílias pobres."





ZEZÉ MOTA

Não existe democracia racial no Brasil. Desde que me entendo por gente, sempre senti discriminação racial. Se você perguntar a uma pessoa do povo, a uma empregada doméstica, por exemplo, dirá que não sentem isso. É tudo por falta de consciência mesmo. São capazes até de dizer: "Meu patrão é muito bonzinho, até bati-zou meu filho."

"A gente percebe a discriminação a partir do momento em que briga por um espaço na escola, na faculdade ou carreira. A partir do momento em que você está em condições de competir com o branco, sente as pressões."

"Para mim foi uma 'barra pesada' ocupar espaços. Quando eu estava fazendo um curso de teatro com Maria Clara Machado, uma vizinha perguntou o que estava acontecendo, o motivo de eu não parar mais em casa e não brincar mais com a filha dela. Respondi que andava muito ocupada: trabalhava num laboratório, três vezes por semana ia para o curso de teatro e, à noite, ainda fazia contabilidade. Tinha então 16 anos."

"O que chamou a atenção da vizinha foi o fato de eu estar fazendo o curso de teatro. Ela virou para mim e disse: 'Não sabia que para fazer papel de empregada precisava fazer curso!' A vizinha era uma mulher negra."

"Eu era uma criança que estudava, não tinha a menor idéia de como era a barra por aí. Tinha mil sonhos e fantasias, achava que ia ser fácil ser atriz e não teria o menor problema, pelo menos por ser negra."

"Mais tarde, quando estava trabalhando, lembrei da vizinha, que chegou àquela conclusão com base em fatos. Ela estava condicionada a ligar a televisão e ver os negros fazerem sempre papéis subalternos."

"Faço parte do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU), que tem como principal finalidade sacudir o próprio negro para que não desista, brigue pelo seu espaço e pare de se lamentar e levante a cabeça."

"Sempre digo que as portas estão abertas para a Zezé Mota. A Maria José Mota, nome da Zezé, já levou muita porta na cara. Para a Zezé Mota, as coisas estão mais fáceis agora. Não vibro muito com isso, não. Eu frequentava uma boate muito chique aqui no Rio, a Hipopotamus, até o dia em que fiquei sabendo que negro lá só se fosse famoso. Estavam me usando, da mesma forma que um Pelé ou Paulo César e outros negros colunáveis. É o tal negócio: argumentam, para a não entrada de outros negros não-colunáveis, que se trata de um clube privado, mas a gente sabe que a história não é bem essa. Quando a repórter negra da TV Globo, a Glória Maria, foi barrada no Othon Palace Hotel, depois da confusão formada, o gerente foi pedir desculpas dizendo-lhe que o porteiro não a reconheceu. Se ela dissesse que era a Glória Maria da TV Globo entraria tranquilamente."

"Antigamente a minha estratégia era outra. Pensar com meus botões: em tal lugar, nunca vi um negro entrar, mas faço questão de ir, vão ter que me engolir. Atualmente não tenho mais paciência para isso. Tenho mesmo é que denunciar, botar a boca no mundo..."



18/20

## SÓ DOIS BISPOS

A ausência do negro atinge também a Igreja. Dos 339 bispos do Brasil, apenas dois são negros: dom Jairo de Mattos, bispo do Bonfim, na Bahia e dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa. Mas esta "falha", como diz dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, decorre, segundo ele, "muito mais da falta de vocações nacionais do que propriamente do problema sócio-econômico dos negros".

Na verdade, grande parte do clero brasileiro é constituído de missionários estrangeiros ou descendentes dos migrantes europeus, principalmente daqueles que vivem nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A

presidência da CNBB é um exemplo disso. O presidente, dom Ivo Lorscheiter, que substituiu seu primo Aloísio Lorscheiter, é descendente de alemães do Rio Grande do Sul. O vice-presidente, dom Clemente Isnard, bispo de Friburgo, descende de franceses. Apenas dom Luciano Mendes de Almeida, o secretário-geral, e de família tradicionalmente brasileira e a vocação religiosa de sua família tem uma história.

Comentando o reduzido número de bispos negros no Brasil, dom Luciano diz que "lamentavelmente" essa realidade e explica que "o fato reside na falta de promoção vocacional que esta, agora, reza a Deus, sendo lentamente superada". Diz ele ainda que "o fato vale, de um modo geral para todo o clero brasileiro, uma vez que são poucas, proporcionalmente, as vocações nacionais".



□ Nascido em Minas Gerais, 40 anos, o arcebispo de João Pessoa, Paraíba, dom José Maria Pires — o "dom Pelé" ou "dom Zumbi", como é conhecido — destinou sua mensagem de Natal a todos os negros do Brasil:

"A todos os negros, descendentes como eu de um povo livre que foi escravizado; a todos os negros que aceitam ser negros e aos que se envergonham de sê-lo; a quantos, mesmo não sendo negros, vivem na sua condição de negros cativos; e a todos os não-negros e não-marginalizados que se comprometeram com a causa da libertação dos oprimidos, Feliz Natal e um Ano Novo de prosridade."



D. José Maria Pires

## Os caminhos do negro no Brasil

Ao longo de vários séculos a cultura negra, mesmo oprimida, conseguiu exercer uma grande influência na população. Hoje, crescem os esforços para isolar e discriminar práticas culturais e religiosas de origem africana

Nilson Lage



LEITURA PRECÁRIA

**A**imé Césaire, poeta negro de expressão francesa, narra, em suas "Lições da volta ao país natal", uma fantástica viagem para dentro de si mesmo, até a infância miserável na Martinica e, mais além, até as savanas da África. Descreve como "piolhos no mar" as pequenas ilhas da América Central e, nelas, descobre um povo de indiferentes, que "não sabe fazer multidão"; cidades inertes com "seu outro lado de lepras, definhamento, fome" e, sobretudo, de medo. O único herói nacional dessa gente — afora a Imperatriz Josefina, mulher de Napoleão, que se limitou a "sonhar alto por sobre a negralhada" — permanece ináovel numa praça, esculpido em pedra branca.

O livro foi escrito ao se deflagrar a Segunda Guerra Mundial, mas não se pode, mesmo hoje, testar a validade do retrato desolador que o poeta traça em pouco mais de 70 páginas impressas: a Martinica é ainda uma colônia e a França de Mitterrand não planeja sequer conceder-lhe a meia-liberdade que outras pequenas nações do Caribe têm conquistado ultimamente, mantidas as relações de dependência econômica. Mas, sob outro aspecto, não seria nada melhor: a situação dos negros brasileiros, cujos muitos heróis — do Zumbi de Palmares ao marinheiro João Cândido, passando por Chico Rei e Chica da Silva — não têm sequer um monumento que os recorde e são lembrados apenas eventualmente nas fantasias e nas estátuas de papelão dos desfiles de Carnaval.

O quadro de desesperança se acentua ainda mais da perspectiva dos sociólogos paulistas, como Florestan Fernandes, para quem (em "O negro no mundo dos brancos") "uma verdadeira revolução racial democrática, em nossa era, só pode dar-se sob uma condição: o negro e o mulato precisam tornar-se o *antibranco*, para encarnarem o mais puro radicalismo democrático". Mas esse caminho é exatamente o contrário do que a experiência histórica dos negros no Brasil aponta. Os escravos *boçais*\* — aqueles que se recusavam a falar o português e a aprender as técnicas de trabalho do colonizador — morreram sob torturas cujo requinte se pode imaginar pelas poucas peças guardadas no museu da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na rua Uruguaiana, Rio de Janeiro, junto da estação do metrô. A resistência pelas armas foi esmagada em pequenas e grandes operações genocidas, desde o Quilombo dos Palmares (que sucumbiu em 1713 após 112 anos de lutas),

\* *Boçal* — dizia-se do escravo negro ainda não ladino, recém chegado da África e desconhecedor da língua do país.

\* *Ladino* — dizia-se do escravo ou do índio que já falava o português, tinha instrução religiosa e sabia fazer o serviço da casa ou do campo.

\* *Jedá* — guerra santa.

\* *Axé* — cada um dos objetos sagrados do orixá; também tem o sentido de "energia positiva", bênção.

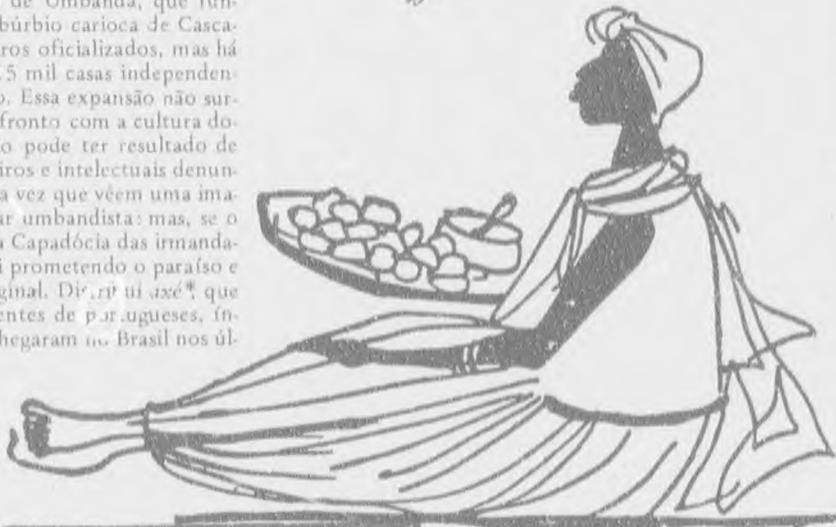
CONFIDENCIAL



até o grande *jedá\** dos muçulmanos malês, em 1835 na Bahia, e a Balaiaada, de 1839 no Maranhão.

Houve, no entanto, outro caminho, que conduziu a resultados menos trágicos. Os negros *ladinos\** penetraram como cupins nos alicerces da brutalidade colonial e conseguiram mais do que sobreviver: construíram aqui uma cultura poderosa, que hoje influi e dirige a vida de muitos milhões de pessoas de toda cor, desde o Amazonas até o Uruguai — país que afronta as mágoas da ditadura dançando o *candombe* (com acento no *o*) e cujo povo frequenta milhares de terreiros de santo. Só lojas especializadas em artigos de umbanda, há 200 em território uruguaio.

A Federação Brasileira de Umbanda, que funciona num sobrado do subúrbio carioca de Casca-dura, reúne três mil terreiros oficializados, mas há no Rio de Janeiro umas 15 mil casas independentes de pais e mães-de-santo. Essa expansão não surgiu de um impossível confronto com a cultura dominante, mas também não pode ter resultado de uma capitulação. Estrangeiros e intelectuais denunciam a invasão branca toda vez que vêem uma imagem de São Jorge em altar umbandista: mas, se o santo é o mesmo Jorge da Capadócia das irmandades cristãs, ele não está ali prometendo o paraíso e a redenção do pecado original. *Djé, n'ô tá axé!* que é coisa africana. Descendentes de portugueses, índios e de imigrantes que chegaram ao Brasil nos úl-



Ogum, Iemanjá, Iansã e Omulú são alguns dos personagens da Umbanda que se incorporam ao vocabulário e práticas religiosas no Brasil

timos 150 anos caem em transe e "recebem" caboclos e pretos velhos, partilhando das raízes negras da comunidade. Afinal, como diz Adelson Alves, radialista especializado em música urbana carioca, é graças aos negros, mais do que aos indígenas, que não somos europeus desterrados, como os *afrikanners* da África do Sul.

Mestre Didi, D. *oscoredes dos Santos*, líder de comunidade afro-brasileira da Bahia, revela, contando um apólogo, a estratégia — até hoje, a única possível — dos negros *ladinos*: o urubu (o negro) e o gavião estavam lado a lado nos galhos de uma árvore quando passou uma pomba. O gavião acompanhou a ave com os olhos e, muito depressa, disse: "Vamos?" O urubu demorou a responder; contemplou as montanhas que a pomba ia driblando no seu vôo livre e pensou as palavras: "Não, compadre, carne fria é melhor". O gavião sacudiu a cabeça com desprezo e partiu, muito bonito, para a perseguição. A pomba cruzou as gargantas da serra, fintou os paredões, fez todo tipo de manobras, até que o gavião, enfurecido e enfunado pela bravura, desmanchou-se contra a parede de pedra de um morro. Caiu na garganta da serra, agonizante. Logo depois, pousava a seu lado o compadre urubu, que contemplou o corpo estrebuchante e falou: "Ora, compadre, eu não disse que carne fria era melhor?"

### A cultura dos oprimidos

Os nagôs chegaram ao Brasil já no fim do século XVIII, embarcados em São João de Ajudá (Whydah), no Daomé. Só no começo do século XIX, no entanto, os europeus estabeleceram contato com o poderoso reino iorubá. Lagos (Nigéria) se tornou um empório de escravos, fornecendo contingentes humanos sobretudo à Bahia. Vindos de reinos florescentes da África (os reinos de Abiodun, até 1800, Arogogã e, mais tarde, de Abeokuta, que durou até 1914), esses mulatos muito escuros e aparentemente frágeis ou negros retintos como descreve Nina Rodrigues ("dolicocefalos, prognatas, lábios grossos e pendentes, cabelo bem capinha, talão saliente") eram considerados os mais inteligentes; traziam uma cultura urbana desenvolvida, grande habilidade metalúrgica, gosto extremado por braceletes e colares, riquíssima mitologia. A experiência vivida durante o cativeiro ocultou certos traços da tradição, mas acentuou outros — que estão hoje incorporados à cultura dos oprimidos, por todo o Brasil. Pode-se dizer que são as características mais fortes e mais gerais da visão de mundo dos brasileiros pobres de qualquer região do país.

O fundamento da sabedoria da gente nagô é o reconhecimento e o respeito pelo mistério das coisas. Enquanto os europeus se angustiam para descobrir a verdade por detrás das aparências, os

nagôs acham que esse tipo de investigação nem sempre vale a pena. Nenhuma análise, argumenta o professor Muniz Sodré, especialista na matéria, pode, por exemplo, esclarecer porque preferimos um tipo de comida a outro. O mistério da natureza torna florestas, rios e cachoeiras objetos religiosos e faz da cultura nagô uma cultura ecológica. O respeito ao segredo alheio leva a jamais perguntar por que certas coisas íntimas da comunidade interessam aos antropólogos (embora isso não assegure sempre uma resposta sincera e completa), ou qual a motivação das pessoas que aparecem de tempos em tempos fazendo pregação política ou catequese. A boa educação nagô manda ouvir, tratar com muita consideração e aproveitar só o que parecer conveniente.

### A arte da sedução

O desinteresse pelo sentido ou finalidade torna-se evidente no caso dos rituais praticados nos terreiros de candomblé. Os participantes do culto não se mostram interessados em saber o que significam as palavras em língua iorubá das canções e invocações que repetem há séculos. Mas não admitem mudanças no culto: os rituais valem pelo que são, não pelo que queriam dizer no passado, ou pelas interpretações que se dão hoje. Cada qual pode entender como quiser, e não faz grande diferença.

As aparências são, portanto, do ponto de vista nagô, mais do que apenas importantes: são sedutoras. Em muitos casos em que os europeus vêem apenas uma relação de dominação, os nagôs localizam casos de sedução. Eles próprios sentem-se, no Brasil (como antes, na África), seduzidos pelas aparências, desde as máquinas até as cores, as fantasias, o luxo. Mas são também mestres na arte de seduzir, incorporando adeptos numa expansão sem preconceitos. Nem homossexuais, nem mulheres, nem contraventores ou policiais são efetivamente discriminados; muito menos os brancos. Por detrás disso, há manobras de sobrevivência. Os *obás* são um exemplo: figuras prestigiadas no mundo civil, sempre homens, eles atuam como intermediários para proteger os terreiros das ambições e da violência que os cercam por toda parte. São *obás*, gente como Jorge Amado ou o argentino Carybé, seduzidos pela cultura. Num terreiro de Salvador, Marco Aurélio Luz, professor universitário do Rio de Janeiro, branco, dirige uma escola primária que resolveu o problema da inadequação da rede pública e do antagonismo entre os programas oficiais e a tradição cultural: também é *oba* de uma categoria especial. A esse erudito, conhecedor dos dialetos iorubás e com passagens de estudo pela Nigéria, chamam pela palavra africana que quer dizer "olho de *obá*".



20/22

Os cultos e cerimônias africanas alcançaram grande popularidade porque além de estarem mais identificados com a realidade social e econômica das populações pobres, não têm a marca da culpa e da punição

A mesma sedução e a política de relação respeitosa e negociadora diante do poder público se manifestam nos cultos afro-brasileiros de todo o país. Isso tem garantido não só a expansão dos centros de umbanda pelo Nordeste, Norte e Centro-Sul como sua crescente legitimação nos últimos 50 anos, desde o tempo em que os pais-de-santo tinham de se registrar na polícia de costumes e estavam sempre na mira da polícia política. Eis a raiz da docilidade que tanto encanta os generais e os homens de gabinete — docilidade, no entanto, enganosa, porque corresponde a uma etapa num processo marcado pelo pragmatismo. Por ser coisa de negro e de pobre, ao contrário das igrejas católica e protestantes, os cultos afro não teriam mesmo outra saída: falta-lhes uma raiz européia, uma estrutura internacional de poder capaz de permitir posição diferente.

Em termos rituais, o culto se organiza tendo por base o segredo e o desafio. Os iniciados logo descobrem que o segredo não vale coisa alguma pelo seu conteúdo; sua única função é *ser segredo*, marca de hierarquia partilhada por alguns. Os desafios são intensos e assinalam uma política interna muito agitada; mas são estranhamente simbólicos, e é muito raro passarem disso. Na tradição originária, no entanto, havia uma técnica apurada de fabricar venenos, que explicam a eficácia real dos feitiços do vudu haitiano.

#### Uma fe sem pecados

Uma das causas mais evidentes da atração que os cultos afros exercem sobre as camadas popula-



res e médias da população urbana brasileira reside numa característica que os diferencia das igrejas cristãs que disputam a mesma faixa de fiéis: a ausência do pecado original. A inexistência de uma noção de culpa tão intensa quanto nas culturas européias torna a psicanálise de populações iorubás algo muito problemático, como observaram com espanto, em 1975, psicólogos enviados pelos programas assistenciais da ONU a zonas rurais da Nigéria. No candomblé e na umbanda, não se persegue a perfeição entre os homens nem se estimula a repressão dos desejos aléu, do que é socialmente recomendável: isso dá ao culto uma aparência libertadora para quem procede de comunidades cristãs e se sente rejeitado por elas. O número dessas pessoas é muito grande no Brasil, principalmente entre as mulheres, porque as relações familiares refletem transformações sociais muito rápidas, a pobreza e a injustiça secular na distribuição das riquezas.

Trata-se de uma religião existencialista, quando pretende que se aceite plenamente cada momento. O mais miserável dos trabalhadores poderá, assim, rir de alegria numa festa comunitária pelo que está vivendo, não pelo que sofreu horas antes, nem pelo que sofrerá amanhã. Tanto nas favelas e subúrbios de hoje quanto nas senzalas de antigamente, esse traço desmobilizador impede que se caia no desespero. E não foi por acaso que as duas grandes fases recentes de expansão dos cultos afro-brasileiros tenham coincidido com as ditaduras de 1937 e de 1964, quando os terreiros chegaram aos bairros de classe média da zona sul carioca.

Há, no entanto, um componente de inconformismo na cultura afro-brasileira. Ela sustenta o princípio do retorno, da distribuição: tudo que se recebe deve dar-se e tudo que alguém concentra em suas mãos deve ser distribuído, para restaurar o equilíbrio da vida. Essa característica cultural é tão forte que não desapareceu nem mesmo diante da realidade do cativo: foi mantida simbolicamente nas oferendas do ritual e se manifesta numa espécie de senso popular de justiça. E os *ogãs* dos terreiros de candomblé, tanto quanto os *banqueiros* do jogo do bicho das escolas de samba do Rio de Janeiro são mais generosos em suas comunidades do que os magnatas europeus ou norte-americanos jamais poderiam proporcionalmente ser, apesar dos incentivos do imposto de renda.

### A guerra das religiões

De qualquer forma, as religiões afro-brasileiras representam ameaça potencial aos grandes grupos econômicos que retalham o país. A luta religiosa vem-se travando com incrível intensidade entre as massas brasileiras, embora os sociólogos que se ocupam com a questão da cultura negra nem sem-



pre percebam isso. Estima-se em dezenas de milhões de dólares o investimento anual no Brasil de igrejas messiânicas ligadas a grupos ideológicos e econômicos dos Estados Unidos, da Europa e do Oriente. O caso da seita do "Reverendo Moon", que se aplica a atividades que vão desde a lavagem cerebral de jovens à infiltração em centros acadêmicos como a Unicamp, de São Paulo, foi noticiado ultimamente pela imprensa, a partir de informações vazadas através dos próprios órgãos de segurança do governo. Mas as vinculações da seita com o serviço de espionagem da Coreia do Sul e com o fanatismo anticomunista não é caso isolado. Quem percorre as rádios de ondas médias nos horários matutinos e assiste à televisão nas manhãs de domingo descobre muitos outros grupos atuantes, a maioria deles vinculados à *Moral Majority*, da extrema-direita dos Estados Unidos, que tanto ajudou na eleição do presidente Reagan.

Um anúncio de televisão de uma dessas organizações adotava a técnica do testemunho: no intervalo dos programas humorísticos mais populares da TVS, uma mulher negra aparecia dizendo que durante muitos anos vivera na macumba, onde "recebia santo", mas sua vida não andava; até que procurou a igreja anunciante e conseguiu um milagre. No final, o locutor convidava todos a irem ao templo e se beneficiarem também da cura divina. Este exemplo revela contra quem se movimentam tantos capitais e tantos "reverendos" de nomes estrangeiros. Sintomaticamente, as denúncias da igreja católica contra os umbandistas (que, na maioria, se consideram católicos) tornaram-se menos constantes e radicais nos últimos tempos. Ao lado da opção pelos pobres, a maioria dos bispos brasileiros adotou técnicas mais sutis para a competição com os cultos de origem africana.

## O jogo de interesses na volta à África

**S**e o Brasil tivesse atingido a maturidade de seu processo cultural em condições menos dependentes, o contato com as jovens nações africanas representaria um retorno estimulante às raízes de fenômenos que se manifestam tanto no modo de pensar dos brasileiros em geral quanto na sua música, na dança, na culinária e na literatura popular.

No entanto, embora o diálogo com os africanos seja um dos aspectos mais positivos da política externa brasileira, ele não tem sido sempre fácil. Primeiro, o Brasil teve que superar uma série de pressões, descartando, no início da década de 70, a hipótese de uma aliança com Portugal para manter o domínio sobre Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, a África provou ser uma absoluta novidade para os diplomatas brasileiros que, pertencendo à elite do país, pouco conhecem dos costumes de seu próprio povo. As dificuldades, para o Itamarati, foram muito mais sérias do que para a chancelaria de qualquer potência colonial, que tinha como ponto de referência as antigas relações de dominação.

Uma das primeiras coisas que os jovens diplomatas aprenderam é que as relações raciais no Brasil são rigorosamente incompreensíveis para as nações recém-libertas da África. Parece evidente aos africanos que a ausência de negros entre os executivos e administradores de empresas brasileiras reflete uma situação genérica de racismo tão ou mais intensa do que a que existe nos Estados Unidos. As tentativas iniciais de se selecionar pessoal negro para os contatos com funcionários dos governos há pouco independentes tiveram de ser abandonadas, por um fato simples: são poucos os negros disponíveis para isso e eles simplesmente inexistem nas diretorias de firmas particulares ou estatais. São também raríssimos os casos entre oficiais superiores das Forças Armadas.

O mais embaraçoso é que a explicação convencional para isso, além de pouco significativa do ponto de vista africano, não pode ser veiculada pelo Itamarati: como um órgão oficial iria proclamar que o país é controlado por um número limitado de pessoas que tudo decidem, excluindo a

massa do povo, na qual estão os negros, em sua quase totalidade? E nem mesmo para observadores mais independentes se mostra clara a distinção entre esse preconceito social genérico e as formas de racismo localizadas, por exemplo, em certas áreas do Nordeste, como resultado da competição pelo trabalho, ou nos estados do Sul, por influência cultural dos imigrantes. E o preconceito das elites com relação aos negros, aos índios do Norte e Centro-Oeste, aos caboclos do Nordeste, aos estrangeiros pobres do sul da Europa ou do Oriente não impede que a miscigenação prossiga intensamente, o que perturba qualquer raciocínio simplista.

Se a suposta democracia racial não constitui uma ideologia exportável, o Brasil poderia apresentar-se às nações africanas como opção para o desenvolvimento sem implicações colonialistas: o país não dispõe de poder econômico ou força militar capazes de representar ameaça. Tem sido esse o caminho procurado. Mas, ainda assim, tortuosamente.

### As bolsas modestas

Ocorreram erros fantásticos, por conta da desinformação e da urgência em aproximar-se dos africanos. Em 1975, o Brasil ofereceu 16 bolsas de estudo a jovens do Gabão, antes mesmo do estabelecimento de relações diplomáticas regulares, para cursos de formação de oficiais de Marinha Mercante, de que havia lá grande necessidade. Apenas um dos inscritos, no entanto, terminou o curso no Rio de Janeiro, porque eram todos bacharéis pela Universidade de Libreville, uma escola no padrão acadêmico francês, e o curso oferecido está, no Brasil, a nível do ensino médio.

A contenção de verbas, ainda nessa área de tanta prioridade, cria outros constrangimentos. Há, no momento, mais de 100 bolsistas africanos no Brasil — dos países de fala portuguesa, da Nigéria, do Gabão, de vários outros — mas a dotação orçamentária prevê o pagamento a uns 70, de modo que a bolsa tem de ser contida ao nível de dois e meio salários mínimos, o que é pouco, considerando-se que nada mais é oferecido: nem habitação, nem livros, nem ajuda alimentar especial.

Para a maioria desses estudantes, a atração máxima das escolas brasileiras (fora o idioma, para os guineanos, caboverdeanos, angolanos e moçambicanos, que falam português) resulta das próprias condições sociais do Brasil, em que eles reconhecem semelhança com suas pátrias. "As soluções adotadas aqui podem ser transplantadas", diz um aluno da Faculdade de Administração. Mas o desenvolvimento das pesquisas relacionadas com o cacau e o café ou a semelhança da geologia (as costas do Brasil e da África formaram, em outras eras,

um mesmo continente) podem constituir motivações decisivas.

A África não é um continente homogêneo. Um bolsista gabonense observa que seu país, com 1,2 milhão de habitantes num território de 267.667 km<sup>2</sup>, oferece ensino gratuito e obrigatório em todos os níveis e tem índice mínimo de analfabetismo: a grande maioria da população fala e escreve em francês e em pelo menos um dos 42 dialetos. Em outros casos, é justamente a tecnologia do ensino de massa e das redes escolares públicas o que mais interessa aos bolsistas. Especificidades desse tipo nem sempre têm sido consideradas na modesta oferta de oportunidades de formação no Brasil. Por outro lado, a paranóia de segurança nacional que atinge o governo tem forçado muitos estudantes estrangeiros a frequentarem faculdades piores que as suas, porém politicamente menos ativas. E logo eles descobrem que não é aqui o melhor lugar para obter informações, por exemplo, sobre o método de alfabetização de Paulo Freire, de grande aplicação nos países do Terceiro Mundo.

#### Quanto valem as intenções

O quadro não é diverso quando se trata das relações culturais no sentido do Brasil para a África. Há acordos específicos com o Senegal, Gana, Benin, Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Quênia, Togo, Zaire e outros. São documentos de cooperação cultural ou técnica que ocupam, cada um, 16 páginas, na versão em dois idiomas, e que prevêem intercâmbio extenso, desde o cinema à ciência, à troca de livros e às competições esportivas. A realização dessas belas intenções é outro problema.

Alguns dos setores mais ricos de promessas — como a exportação de música brasileira e de programas de televisão — esbarra em dificuldades de um mesmo tipo: o Brasil não dispõe de autonomia nesses campos. No caso dos discos, os de música brasileira são gravados por subsidiárias de transnacionais que têm sua visão própria do mercado africano, de modo que só chegam à maioria dos países as canções de Roberto Carlos, distribuídas igualmente por toda a América Latina. E até Jorge Ben é raridade.

Em muitas nações africanas, a televisão ou não existe (Moçambique) ou é tecnicamente precária; de qualquer maneira, a rede brasileira que monopoliza o setor tem vinculações internacionais, de modo que sua produção penetra complementando os enlatados americanos e apenas ocupando o lugar deles, nos países que resistem à mensagem ideológica dos Estados Unidos. De qualquer maneira, são exportadas principalmente novelas que não transmitem um mínimo da originalidade cultural que poderia tornar o Brasil interessante para a África. Também nesse setor, há episódios de guerra



comercial que lembram intrigas de espionagem: em 1980, uma série de oito fitas convencionais de uma hora cada, com programas de música popular, infantis e jogos de futebol foram remetidas para a Televisão Popular de Angola pela TV Educativa do Rio de Janeiro, através do Departamento Cultural do Itamarati, que propusera o intercâmbio. Mas jamais chegaram, nem se tem idéia de onde foram parar.

Em outros campos, os problemas são de mentalidade. Setores do governo vêm com inconformismo as viagens de artistas (que no Brasil são contestadores) a países socialistas como Angola e Moçambique. Editores de livros e a Embrafilme consideram pouco interessantes os mercados africanos ou não dispõem de produtos que possam ser veiculados por lá. Mas o que se passa de mais grave é, sem dúvida, a cortina de silêncio no que se refere ao intercâmbio de informações. As notícias são veiculadas entre o Brasil e a África exclusivamente pelas grandes agências internacionais, que fazem o jogo de seus países de origem ou dos capitais que as controlam. Têm sido inúteis os esforços para estabelecer canais mais adequados. Equipes brasileiras de televisão foram duas vezes a Angola (por ocasião da morte do presidente Agostinho Neto e durante a invasão do território angolano por tropas da África do Sul), mas tudo o que a emissora achou conveniente transmitir foram reportagens de menos de um minuto, uma para cada viagem. Alguns aspectos da visita do ministro Saraiva Guerreiro a Moçambique, focalizados prioritariamente, nada tinham a ver com a importância das entrevistas. Para os meios de comunicação do Brasil, mergulhados numa trama de interesses que se perde no mundo dos altos negócios, a África é apenas exótica. (Nilson Lage)

**CONFIDENCIAL**

23/22



Após anos de indiferença, o Brasil tentou através do chanceler Saraiva Guerreiro uma aproximação com os líderes africanos como Robert Mugabe (actua), Julius Nyerere (no centro), Samora Machel (abaixo) e José Eduardo dos Santos (página ao lado)



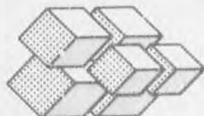
**LEITURA PRECÁRIA**

**CONFIDENCIAL**

P

A

D



PEDIDO PARA  
ATUALIZAÇÃO DE DADOS

ÓRGÃO

DI

7752

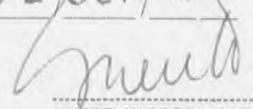
DEFESA DE DIREITOS

NOME MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND (MAJ)

ACE Nº 6010/ARJ/82

Os registros referentes a MAJ, constantes dos itens 1, 3, 4 e 5, da INFÃO nº 042/430/ARJ, de 22 ABR 82, foram considerados como sendo protegidos pelo sigilo.

(USE O VERSO SE NECESSÁRIO)

ÓRGÃO	EMITIDO	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	<input type="checkbox"/> DISPENSA MICROFILMAGEM	AO CONTROLE DA QUALIDADE MICROFILMADO
	07, 07, 95		<input checked="" type="checkbox"/> MICROFILMAR	
			<input type="checkbox"/> PROCESSAR MFR _____	
	ADJUNTO.....		ACE Nº _____	CHEFE MICROFILMAGEM
			07, MAJ 1997	
			CHEFE CADASTRO	

